

**2. ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS – EXERCÍCIO 2007****Tomadas de Contas dos ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO****ÓRGÃO/ENTIDADE****SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DPF EM PERNAMBUCO****RECURSOS GERIDOS (art. 3º, §2º DN)****R\$ 5.352.160,37****RESPONSÁVEL PELA JUNTADA DOS DOCUMENTOS – PEÇAS EXIGIDAS (art. 14, IN/TCU 47/2004)****LOCALIZAÇÃO (\*)  
(Volume / fls.)****1. UNIDADE**

I. Declaração do dirigente máximo da unidade jurisdicionada sobre a fidedignidade de informações constantes do rol de responsáveis, contidas em banco de dados informatizado.

**1**

II. Relatório de Gestão com os conteúdos do anexo II apresentados em títulos específicos, destacando a localização dos itens abaixo discriminados

**3**

- Demonstrativo sintético de TCE, conforme indicado no item 14 do Anexo II (**Deve ser apresentado e capeado em volume destacável das contas com numeração própria de suas folhas**)

Não se aplica

- Demonstrativo relacionado TCE, conforme indicado no item 12 do Anexo II

Não se aplica

- Demonstrativo contendo informações de danos ressarcidos, conforme indicado no item 13 do Anexo II

Não se aplica

## III. Informações contábeis

- Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada sobre as informações constantes do Siafi

**48**

- Demonstrativo dos pagamentos de despesas de natureza sigilosa, incluindo aqueles efetuados mediante suprimento de fundos

**50**

IV. Declaração da Unidade de Pessoal quanto ao atendimento por parte dos responsáveis da obrigação de apresentação da declaração de bens e rendas

**51**

V. Relatórios e pareceres de instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão

- Relatório emitido pelo órgão de correição com a descrição sucinta das Comissões de Inquérito e Processos Administrativos Disciplinares instaurados na unidade jurisdicionada no período com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou corrupção

**52****LOCAL/DATA****ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL****2. ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO**

VI. Relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno competente

VII. Certificado de auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente

**SITUAÇÃO**

1 ( ) A Tomada de Contas está constituída de todas as peças relacionadas no art. 14 da IN/TCU 47/2004 e conteúdos constantes dos Anexos II a VIII da DN/TCU \_\_/200\_\_, estando em condição de ser encaminhada ao TCU.

2 ( ) Ausente(s) na Tomada de Contas a(s) peça(s)/conteúdo(s) exigido(s) pela IN/TCU 47/2004 e pela DN/TCU \_\_/200\_\_, relacionado(s) abaixo, com a respectiva justificativa, se houver:

**LOCAL/DATA**

Recife, 28 de Fevereiro de 2008.

**ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL****3. ASSESSOR ESPECIAL / SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO**

IX. Pronunciamento ministerial ou da autoridade equivalente

**LOCAL/DATA****ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL**

(\*) Nos casos em que a UJ não tenha conteúdos objetivos para compor a peça requerida, escrever “não se aplica”.



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO**

**DECLARAÇÕES DO DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE JURISDICIONADA**

*(AC) (Decisão Normativa nº 88, de 28/11/2007, BTCU nº 7/2007 Especial)*

Declaro, para fins do disposto no § 1º do art. 5º da Decisão Normativa TCU n.º 85/2007, alterado pela de n.º Decisão Normativa TCU n.º 88/2007, que as informações sobre rol de responsáveis desta unidade jurisdicionada, da qual sou dirigente máximo, contidas em banco de dados informatizado, são fidedignas.

Estou ciente das responsabilidades civis desta declaração.

Recife, 29 de fevereiro de 2008

*Angelo Fernandes Gióia*  
Superintendente Regional

**Relatório de Gestão**  
**Superintendência da Polícia Federal em**  
**Pernambuco**

**Exercício 2007**

## SUMÁRIO

1. Identificação .....	4
2. Responsabilidades institucionais .....	5
3. Estratégia de atuação .....	12
4. Gestão de Programas e Ações .....	21
5. Desempenho operacional.....	27
Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007) .....	43
Anexo D - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007) .....	44

## 1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

<b>Nome completo da unidade e sigla</b>	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal em Pernambuco	
<b>Natureza jurídica</b>	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
<b>Vinculação ministerial</b>	Ministério da Justiça	
<b>Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União</b>	<p><b>Criação:</b> Decreto 75.398, de 19/02/1975 e Portaria nº 039/75 – DG/DPF, de 17/03/1975.</p> <p><b>Atribuições e competências:</b> Art. 144 da Constituição Federal; Portaria nº 1.825, de 13 de outubro de 2006, DOU nº 198, de 16/10/2006;</p> <p><b>Estrutura:</b> Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, DOU de 16.3.2007.</p>	
<b>CNPJ</b>	<b>00.394.494/0033-13</b>	
<b>Nome e código no SIAFI</b>	SUPERINTENDENCIA REG. DEP. POLICIA FEDERAL - PE / 200092	
<b>Código da UJ titular do relatório</b>	SUPERINTENDENCIA REG. DEP. POLICIA FEDERAL - PE / 200092	
<b>Códigos das UJ abrangidas</b>	Não consolida outras unidades.	
<b>Endereço completo da sede</b>	Av. Mater Luther King (Cais do Apolo), 321, Bairro do Recife, CEP 50.030-250, Recife-PE, (81) 3425-4040	
<b>Endereço da página institucional na internet</b>	<a href="http://www.dpf.gov.br">http://www.dpf.gov.br</a>	
<b>Situação da unidade quanto ao funcionamento</b>	Em funcionamento.	
<b>Função de governo predominante</b>	Segurança Pública.	
<b>Tipo de atividade</b>	Policial.	
<b>Unidades gestoras utilizadas no SIAFI</b>	<b>Nome</b>	<b>Código</b>
	Primária	200092
	Tesouro	200398
	Funapol	200399

## 2. Responsabilidades institucionais

### 2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas

#### 2.1.1 Normas de atuação

As atribuições da Polícia Federal estão definidas no Art. 144 da Constituição Federal:

“§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

*I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;*

*II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;*

*III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;*

*III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;*

*IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”*

Além da Constituição Federal as normas abaixo também noteiam a atuação da Instituição:

- Lei Complementar nº 089/1997 (Institui FUNAPOL);
- Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio);
- Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP);
- Lei nº 5.010/1966 (Organiza Justiça Federal)
- Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio);
- Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981(Estrangeiros);
- Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada);
- Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social);
- Lei 9.017/1995 (Segurança Privada);
- Lei nº 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas);
- Lei nº 10.357/2001 (Produtos Químicos);
- Lei nº 10.446/2002 (Crimes de repercussão Interestadual);
- Lei nº 10.683/2003 (Organização da Presidência da República);
- Lei nº 10.826/2003 (SINARM);
- Decreto-lei nº 6.378/1944 (Transformou Polícia Civil do DF em DFSP);
- Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições DFSP);
- Decreto nº 1.983/1996 (Passaporte);
- Decreto nº 5.834/2006 (Regimento do MJ);
- Portaria MJ nº 1.300, de 04 de setembro de 2003. (Regimento interno DPF);
- Instrução Normativa Nº 013/2005-DG/DPF (competências e atribuições das unidades do DPF).

Conforme a legislação acima referenciada, é possível sistematizar e classificar as diversas atribuições do Departamento de Polícia Federal em dois ramos ou gêneros finalísticos distintos:

**1) Polícia Judiciária**, que tem a função precípua de apurar infrações penais e a sua autoria por meio do inquérito policial, procedimento administrativo com característica inquisitiva, que serve de base à

pretensão punitiva do Estado formulada pelo Ministério Público, titular da ação penal pública (art. 129, I, da CF).

2) **Polícia Administrativa**, que tanto pode agir preventivamente, como repressivamente, atingindo bens, direitos e atividades, com objetivo de impedir que o comportamento do indivíduo ou das empresas e instituições, cause prejuízos para a coletividade.

O que efetivamente diferencia Polícia Administrativa de Polícia Judiciária é que a primeira se predispõe unicamente a impedir ou paralisar atividades anti-sociais enquanto a segunda se pré-ordena a responsabilização dos violadores da ordem jurídica.

Diferenciam-se ainda ambas as polícias pelo fato de que o ato fundado na polícia administrativa exaure-se nele mesmo. Dada uma injunção, ou emanada uma autorização, encontram-se justificados os respectivos atos, não precisando ir buscar o seu fundamento em nenhum ato futuro.

A polícia judiciária busca seu assento em razões estranhas ao próprio ato que pratica. A perquirição de um dado acontecimento só se justifica pela intenção de futuramente submetê-lo ao Poder Judiciário. Desaparecida esta circunstância, esvazia-se igualmente a competência para a prática do ato.

### **Atribuições de polícia administrativa**

Integrante do Sistema de Segurança Pública, cujo objetivo é a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, em razão das disposições Constitucionais e Infra-Constitucionais, elencadas mais acima, a Polícia Federal exerce outras atribuições inerentes ao Poder de Polícia da Administração Pública, que podem ser denominadas de **POLÍCIA ADMINISTRATIVA** em distinção às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**.

A Polícia Administrativa tem caráter preventivo e repressivo, e objetiva, não a apuração de infrações penais, mas sim, a limitação ou regulação de direitos, interesses ou liberdades, essencialmente legítimos, mas que em decorrência do Poder Discricionário e tendo por fundamento, normas legais, a Administração Pública se vê compelida a disciplinar, regulamentar e fiscalizar.

Para fins de classificação das atribuições, identificadas com as atividades de **POLÍCIA ADMINISTRATIVA**, é possível discriminar as seguintes espécies:

1) **Controle Migratório**: Atividade que limita, disciplina e regulamenta o direito de ir e vir de cidadãos brasileiros e estrangeiros. Para cumprir essa atribuição, a Polícia Federal executa medidas de fiscalização e controle, cumprindo regras estabelecidas para a entrada, saída e permanência no território brasileiro.

Fundamento Legal: Lei nº 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro).

2) **Controle de Armas**: A Polícia Federal desempenha importante atribuição administrativa, como responsável pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Armas – SINARM, executando atividades relacionadas ao registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições. Essa atribuição limita e controla importante setor da atividade econômica e ainda o direito de propriedade dos cidadãos brasileiros.

Fundamento Legal: Lei nº 10.826/2003 (SINARM).

**3) Controle de Segurança Privada:** atribuição da Polícia Federal que define regras para o funcionamento dos serviços de segurança privada em estabelecimentos financeiros, bem como normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores dentre outros.

Fundamento Legal: Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995.

**4) Controle de Precusores Químicos:** Atribuição exercida pela Polícia Federal tendo por escopo principal controlar o uso de precursores químicos que possam ser utilizados para o preparo de substâncias entorpecentes, sendo importante atividade para o combate ao tráfico de drogas. Também aqui, se busca disciplinar e regulamentar atividade econômica relevante, estabelecendo normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos.

Fundamento Legal: Lei nº 10.357/2001.

**5) Controle de Dignitários:** A execução em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física de Diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial;

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP)

**6) Controle de Identificação Criminal e Civil:** a coordenação e a interligação, no país dos serviços de identificação datiloscópica, civil e criminal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

**7) Controle do Patrimônio da União:** Cabe ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbação e o esbulho possessórios dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta.

Fundamento Legal: Lei nº 10.683/2003(organização da Presidência)

**8) Estatística Criminal:** A estatística judiciária criminal, a cargo do Instituto Nacional de Identificação tem por base os boletins individuais, que são parte integrante dos processos criminais.

Fundamento Legal: Código de Processo Penal.

**9) Outros Serviços de Policiamento atribuídos à União:** atribuição inerente ao Poder de Polícia da Administração Pública Federal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964, art. 1º, letra “n”.

Talvez ainda possam ser incluídas nessa relação outras três atribuições:

**10) Controle de Conflitos Fundiários:** acompanhar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem como prevenir e reprimir esses crimes. (Talvez se amolde melhor à POLÍCIA JUDICIÁRIA ?).

Fundamento Legal: Decreto nº 5.834/2004 (estrutura do MJ).



**11) Representação Externa:** a cooperação, com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional, representando o país na OIPC - INTERPOL;

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

**12) Apoio técnico a Estados e Distrito Federal:** a prestação de assistência técnica e científica, de natureza policial aos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando solicitada.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

### **Atribuições de polícia judiciária**

No tocante às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**, em que exerce com exclusividade as atividades de Polícia Judiciária da União, a Constituição Federal, prevê que a Polícia Federal, de acordo com o art. 144 da Constituição Federal, destina-se a:

- Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas;
- Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;
- Reprimir o contrabando e o descaminho;
- Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

**1 – Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas; (lista exemplificativa)**

<b>SEQ.</b>	<b>INFRAÇÃO PENAL</b>
1	contra o patrimônio arqueológico
2	crimes na exploração de energia nuclear
3	praticado contra o meio ambiente
4	crimes falimentares
5	de representação caluniosa por improbidade administrativa
6	de responsabilidade contra o meio circulante
7	de trânsito
8	praticado com abuso de autoridade
9	praticado com abuso do poder econômico
10	praticado contra a criança e adolescente
11	praticado contra a economia popular
12	praticado contra a lei de parcelamento do solo urbano
13	praticado contra a ordem econômica
14	praticado contra a ordem tributária
15	praticado contra a propriedade industrial
16	praticado contra a propriedade intelectual
17	praticado contra as normas de licitações
18	praticado contra as normas de locação
19	praticado contra as relações de consumo
20	praticado contra criança e adolescente
21	praticado contra o mercado de capitais
22	praticado contra o sigilo bancário
23	praticado contra o sistema financeiro da habitação

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
24	praticado contra o sistema financeiro nacional
25	praticado para lavagem de dinheiro
26	praticado por organização criminosa
27	crimes previdenciários
28	de desvio de crédito e financiamento
29	de interceptação de comunicações
30	praticado contra a administração da justiça
31	praticado contra o serviço de radiodifusão
32	praticado contra os serviços de telecomunicações
33	praticado contra os serviços postais
34	Relacionados à situação jurídica do estrangeiro

## 2 – Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;(lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	crimes eleitorais
2	de deserção e engajamento
3	de discriminação
4	de genocídio
5	de responsabilidade
6	de tortura
7	de tráfico de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano
8	praticado contra a liberdade de imprensa
9	praticado contra a organização do trabalho
10	praticado contra a segurança nacional, a ordem política e social
11	praticado contra comissão parlamentar de inquérito
12	praticados contra os índios
13	relacionados com arma de fogo
14	praticado contra a reforma agrária
15	praticado contra a biosegurança
16	praticado contra os direitos humanos
17	de terrorismo

## 3 - Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	tráfico ilícito de drogas
2	Uso ilícito de drogas

## 2.1.2 Estruturação das ações

Dentro do PLANO PLURIANUAL – PPA - (*lei nº 10.933/2004 alterada pela lei nº 11.318/2006*) a Polícia Federal esta inserida no **MEGA-OBJETIVO III**, plano do atual governo, **Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia**.

Atingir este objetivo pressupõe a superação do que o Governo chama de DESAFIOS. No caso da Polícia Federal ela contribui para a superação do desafio nº 28 do plano de governo, tendo como diretrizes de atuação para a polícia federal:

### **A - Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas.**

#### DIRETRIZES

1. Articulação das três esferas da Federação no desenvolvimento de ações de segurança pública, inclusive ampliando o sistema de inteligência;
2. Integração das políticas públicas voltadas para a redução da criminalidade e a prevenção da violência;
3. Prevenção e combate ao crime organizado, especialmente ao contrabando, ao narcotráfico, ao comércio ilegal de armas e à lavagem de dinheiro;
4. Implementação de programas de integração das polícias;
5. Adoção do policiamento comunitário;
6. Reestruturação dos sistemas penal e prisional, inclusive sob o ponto de vista da reinserção social do egresso;
7. Promoção da parceria com a sociedade civil na implementação e gestão das ações de segurança pública;
8. Prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas;
9. Humanização das instituições e valorização dos profissionais de segurança pública;
10. Combate à impunidade;
11. Garantia da integridade de testemunhas e seus familiares.

### **B. Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.**

#### DIRETRIZES

1. Implementação de mecanismos de avaliação e de controle social das ações governamentais;
2. Melhoria da qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de planejamento, orçamento, finanças, controle e avaliação;
3. Ampliação e fortalecimento da participação social na gestão pública, com ênfase no diálogo e na concertação com a sociedade;
4. Garantia da publicidade e da facilidade de acesso às informações e atos da gestão pública;
5. Aperfeiçoamento dos mecanismos de descentralização da gestão governamental, com ênfase em novas formas de articulação e na capacitação das equipes locais;
6. Garantia da qualidade dos dados e das informações, inclusive com a integração dos sistemas corporativos da União;

7. Implementação da contabilidade de custos e gerencial por programas;
8. Criação e aperfeiçoamento de controles gerenciais voltados para resultados da ação governamental;
9. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
10. Conscientização da sociedade quanto à responsabilidade comum sobre a coisa pública;
11. Combate à impunidade.

### **C. Combater a corrupção.**

#### **DIRETRIZES:**

1. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
2. Ampliação dos mecanismos de combate à improbidade administrativa;
3. Integração e coordenação de ações preventivas e coercitivas, no combate e na dissuasão da corrupção.

A efetivação da execução das atividades que contribuirão para alcance dos objetivos foi promovida pela institucionalização do Programa Combate à Criminalidade (0662), o qual abrange todas as ações consideradas necessárias ao cumprimento das atribuições do órgão, o qual conta também com outro programa de apoio: O Programa Modernização da Polícia Federal (1353) que tem a finalidade de proporcionar infra-estrutura e equipamentos de suporte a atividade-fim da instituição.

O Programa 0662 - Combate à Criminalidade, tem por objetivo intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.

As principais ações destinadas a este objetivo são:

Ação nº 2680 - **Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro**, a qual tem a finalidade de combater o crime organizado em todas as suas modalidades, notadamente o tráfico ilícito de armas e de entorpecentes, o roubo de cargas e a lavagem de dinheiro, atuando de forma integrada com outros órgãos, como Forças Armadas, Receita Federal, Banco Central, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Estaduais e outros.

Ação nº 2820 - **Operações de Caráter Sigiloso**, que tem a finalidade de planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.

Ação nº 2726 - **Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União**, para o combate o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.

### 2.1.2 Realizações e principais resultados

Esta Superintendência Regional logrou êxito, no decorrer do ano de 2007, na melhora do atendimento ao público, em especial no tocante ao atendimento de DELEMIG para expedição de passaportes, tendo em vista o valioso incremento na qualidade da prestação de serviços ocorrida pela implantação do passaporte digital, nítido fica esse avanço na média de tempo de espera para a confecção de passaportes, que chegava a levar o público a aguardar até sete dias para receber o documento, inclusive com agendamento de sua emissão via Internet. Foram observados avanços, também, na área de combate ao contrabando e descaminho, pois, em parceria com a Receita Federal, foi efetuada a repressão a esse tipo de ilícito, onde foram feitas apreensões e instauração de inquéritos policiais.

Chamamos a atenção, ainda, para os bons préstimos de serviços efetuados pelo NIP desta descentralizada, tendo em vista, não só operações de grande porte com repercussão em mídia nacional.

Vale também ressaltar, a cooperação desta descentralizada para com outras regionais, que renderam resultados positivos, como o da apreensão de mais de cocaína, em cooperação com a SR/DPF/PB, que acarretou a prisão de políticos nos estados de Pernambuco, Alagoas e Paraíba.

No tocante a disciplina e hierarquia a Corregedoria de Polícia Federal atuou com bastante propriedade, considerando que uma instituição como a Polícia Federal deve pautar-se pela transparência, culminando na instauração de Processos Disciplinares, Sindicâncias e Correições, a fim de manter a integridade e respeitabilidade do órgão.

As perspectivas para o ano de 2008 são de melhoras ainda maiores, tendo em vista o acréscimo de servidores da área policial, ocorrida no final do ano de 2007, tais como agentes, peritos, escrivães e delegados que ora integram a quadro funcional desta descentralizada, contribuindo de forma decisiva na consecução dos objetivos constitucionais do Departamento Polícia Federal em Pernambuco.

### 3. Estratégia de atuação

#### 3.1 Metas da Unidade

##### 3.1.1 - POLICIAIS

META	JUSTIFICATIVA	AÇÃO	ATINGIDA
Dar início a novas investigações, de preferência por iniciativa própria (originada internamente), a fim de melhor direcionar a atividade repressiva às prioridades do órgão.	Muitas vezes o atendimento de demandas externas absorve de tal forma os recursos disponíveis que já não se torna possível dar atenção devida às prioridades do órgão.	Dar prioridade às investigações de iniciativa própria sem deixar de atender as demandas externas.	SIM
Deflagrar Operação Desvio.	Clamor social e desvio de recursos públicos.	Apoio da Administração no tocante aos meios materiais e humanos.	
Deflagrar Operação Marco Zero	Repressão ao contrabando	Apoio da Administração no tocante aos meios materiais e humanos.	
Deflagrar Operação Gestão Plena	Desvio de recursos públicos	Apoio da Administração no tocante aos meios materiais e humanos.	
Concluir em fase inquisitorial a Operação Bingo – deflagrada em dezembro de 2006	Repressão ao contrabando	Concluir a coleta de provas correlacionando aos autores respectivos.	SIM
Dar continuidade, para conclusão o mais rapidamente possível, das Operações Fumaça, Scoth e Medigui	Repressão ao contrabando	Apoio da Administração no tocante aos meios materiais e humanos.	
Implementar diligências, inclusive preventivas, nas áreas de atuação da especializada	Prevenção e repressão ao contrabando, crimes contra a fé pública, corrupção e outros.	Apoio da Administração no tocante aos meios materiais e humanos, inclusive para realizar levantamentos e/ou confirmar informes.	
Desenvolver e incrementar as atividades de atribuições da DELEMIG	Melhorar atividades inerentes à Especializada.	Criar o GEPOM local a fim de desenvolver as atividades de polícia marítima, realizar atividades de polícia aeroportuária e de fronteiras, controle migratório, emissão de passaportes, instrução de procedimentos de permanência e naturalização e colaborar no combate aos ilícitos relativos ao tráfico internacional de pessoas, de animais silvestres, de obras de arte e de entorpecentes e drogas afins, por meio de controle no Aeroporto Internacional dos Guararapes – Gilberto Freyre, Porto de Recife S/A E complexo portuário de Suape/PE.	
Localização e identificação de estrangeiros irregulares em território nacional. Identificação e autuação em empresas que estivessem empregando estrangeiros irregulares.	Fiscalização da permanência dos estrangeiros no país.	Levantamento em municípios de maior incidência de estrangeiros, a exemplo de áreas do litoral e agreste Pernambuco.	
Controle de embarcações privadas, de pequeno porte (lates, veleiros) e aviões de pequeno porte.	Fiscalização da permanência dos estrangeiros no país.	Fiscalização e acompanhamento do tráfego internacional, sobretudo em marinhas e em angares.	
Implantação dos novos sistemas STI e SINPA, bem como a implementação dos novos passaportes padrão ICAO	Possibilitar a utilização plena e efetiva de tais ferramentas.	Modificação de estruturas físicas e treinamento, ressaltando que tal atividade é realizada em conjunto com a DPAS/CGPI/DIREX/DPF e o SERPRO e CASA DA MOEDA.	
Atuação conjunta com o Núcleo de Direitos Humanos desta SR/DPF/PE para intensificar as ações para a representação ao tráfego internacional de seres humanos.	Coibir referida prática	Implantação de banco de dados informatizado, já criado pelo NTI/SR/DPF/PE, porém não disponibilização em razão da deficiência da rede local, e trabalho conjunto com a Polícia Criminal Internacional – INTERPOL.	
Ampliar a incidência do trabalho de inteligência policial efetivado através de interceptações telefônicas	A moderna investigação social está estreitamente relacionada com o aludido trabalho, o qual possui aptidão de colher provas contundentes e permite, com maior eficiência em relação aos métodos tradicionais de investigação, a identificação ampla dos envolvidos em determinada conduta criminosa	Implantar o núcleo de análise no âmbito da DELEPREV, dotando-o de recursos materiais e humanos	
Realizar três grandes operações de erradicação de maconha no sertão pernambucano.	Reduzir a oferta de maconha em Pernambuco e em outros estados da federação.	Deslocamento de cerca de 80 policiais para cidades do interior do estado onde serão montadas bases, para , com a ajuda de três aeronaves (helicópteros) sejam identificados e devidamente erradicados os plantios ilegais.	
Retomada do trabalho de repressão ao tráfico de drogas no aeroporto internacional Gilberto Freyre, atualmente feito pela DELEMIG juntamente com o trabalho de imigração.	Realizar um trabalho especializado que proporcione condições de prisão de dos chefes das quadrilhas responsáveis pelo tráfico via aérea, não só as chamadas "mulas" como atualmente é feito pelos agentes da DELEMIG, até porque o foco desta delegacia e o tráfego (imigração e emigração)	Buscar que os agentes empenhados na investigação de tráfico de entorpecentes via aérea, sejam lotados na DRE como nos outros estados da Federação para que sob a coordenação desta Chefia possamos identificar os chefes da quadrilhas e não só as "mulas" que transportam as drogas, como atualmente é feito pelos agentes de imigração.	
Reduzir gradativamente a produção de entorpecentes na região do sertão pernambucano.	O aumento de índice de apreensões e a diminuição do preço do quilograma do entorpecente cannabis sativa linneu no mercado consumidor indicam a intensificação da produção da droga.	Aumento de efetivo policial; Realização de operações aéreas com constância; Aprimoramento da atividade de inteligência, com a capacitação dos profissionais da área lotados nesta unidade.	

### 3.1.2 - ADMINISTRATIVAS

META	JUSTIFICATIVA	AÇÃO	ATINGIDA
Instalar um sistema de iluminação externa no prédio da Delegacia e no estacionamento das viaturas.	A iluminação pública da localidade é precária, e a iluminação do prédio é muito deficiente, tornando a DPF/CRU/PE vulnerável.	Executar licitação para contratar empresa para instalar sistema de iluminação da área externa (pátio e estacionamento) do prédio da DPF/CRU/PE, bem como do estacionamento.	
Obter uma frota de viaturas condizentes com as necessidades atuais.	A atual frota está desgastada, onde só possuímos 03 (três) viaturas em condições seguras de uso, não contando com nenhuma viatura ostensiva digna de uso com segurança.	Aquisição de 05 (cinco) viaturas ostensivas, 01 (uma) viatura para deslocamento de cães e de 12 (doze) viaturas descaracterizadas através de processo licitatório, para atender as necessidades desta DPF/CRU/PE, do Posto de Itaíba e do futuro Posto de Garanhuns.	
Aquisição de mobiliário para DPF/CRU/PE, Posto de Itaíba e para o Posto de Garanhuns (quando da instalação deste último).	A mudança para um novo prédio, onde passou a acomodar o novo efetivo da DPF/CRU/PE, está muito carente de mobiliário, bem como o prédio do Posto de Itaíba, e o futuro Posto de Garanhuns.	Adquirir através de processo licitatório, mobiliário para a DPF/CRU/PE, para o Posto de Itaíba, e para o Posto de Garanhuns (quando da instalação deste último).	
Dotar o prédio da DPF/CRU/PE de um sistema de vigilância eletrônica com câmeras e sensores de presença.	Aumentar a segurança das instalações dos prédios da DPF/CRU/PE, Posto de Itaíba e Posto de Garanhuns (área interna e externa) e do estacionamento das viaturas.	Adquirir através de processo licitatório, sistema de vigilância eletrônica para a DPF/CRU/PE, Posto de Itaíba e Posto de Garanhuns.	
Dotar o estacionamento de viaturas de um sistema de cerca eletrificada.	Aumentar a segurança das instalações do estacionamento de viaturas da DPF/CRU/PE, do Posto de Itaíba e do Posto de Garanhuns.	Adquirir através de processo licitatório, sistema de cerca eletrificada para a DPF/CRU/PE, para o Posto de Itaíba, e para Posto de Garanhuns.	
Dotar a recepção da DPF/CRU/PE de sistema de identificação de visitantes.	Aumentar a segurança melhorando o controle de acesso ao prédio da DPF/CRU/PE.	Realizar licitações para a aquisição dos equipamentos e de softwares necessários à identificação dos visitantes.	
Fornecer uma pistola GLOCK 9 mm para cada policial da DPF/CRU/PE, e aquisição de armas longas modernas para esta descentralizada.	Atualmente, menos de 1/3 dos policiais desta Delegacia possuem esta arma do DPF, os outros 2/3 não possuem armas ou possuem armas inapropriadas para o desempenho policial, e as armas longas estão antigas e desgastadas, além de serem em número insuficientes para o número de policiais.	Redistribuição de pistolas GLOCK que estejam sobrando na SR/DPF/PE, para os policiais da DPF/CRU/PE, e processo para aquisição de novas e de armas longas para esta Delegacia.	
Dotar a DPF/CRU/PE, o Posto de Itaíba e o futuro Posto de Garanhuns, de uma rede satisfatória de equipamentos de informática.	Atualmente só existem 10 (dez) computadores que funcionam adequadamente, não suprimindo as necessidades reais do nosso sistema, não possuímos computadores portáteis e nem scanner, e o número de impressoras é insuficiente.	Realizar licitações para a aquisição de 50 (cinquenta) computadores, de 10 (dez) computadores portáteis, de 05 (cinco) scanners e de 40 (quarenta) impressoras.	
Dotar os prédios da DPF/CRU/PE, Posto de Itaíba e o futuro Posto de Garanhuns, de um sistema de climatização satisfatório.	O novo prédio da DPF/CRU/PE, o prédio do Posto de Itaíba e futuro Posto de Garanhuns, possuem um sistema de climatização muito aquém do satisfatório, portanto o número de aparelhos de ar condicionado é insuficiente para a climatização dos novos prédios.	Realizar licitações para a aquisição de 40 (quarenta) aparelhos de ar condicionado para a Delegacia de Caruaru e para os Postos de Itaíba e Garanhuns.	
Dotar a DPF/CRU/PE de uma central telefônica digital/análoga moderna com identificação de chamadas.	A atual central telefônica da DPF/CRU/PE é analógica, está no limite de sua capacidade e não possui identificação de chamadas.	Aquisição de uma nova central telefônica digital/análoga..	
Aquisição de 20 computadores servidores para a rede de informática da SR/DPF/PE (SEDE, PORTO, AEROPORTO, ESCRITÓRIOS, DPF.B/CRU e DPF.B/SGO)	OS servidores existentes estão em constantes reparos técnicos e não estão atendendo a demanda crescente de serviços de rede, em razão do tempo de uso e de esgotamento de sua capacidade.	Buscar junto a Administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
Aquisição de 360 microcomputadores completos, no padrão da CTI, para a SR/DPF/PE	Os microcomputadores estão em constante reparos técnicos, em razão do seu tempo de uso e estão tecnicamente ultrapassados, tendo em vista o avanço da tecnologia.	Buscar junto a Administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
Aquisição de 42 Notebooks, no padrão da CTI, para a SR/DPF/PE	Para atender a demanda das delegacias e a área administrativa.	Buscar junto a Administração recursos para obtenção destes materiais.	
360 (trezentos e sessenta) Nobreaks de 1 KVA, bivolt	Faz-se necessário a instalação de um Nobreak para cada microcomputador, sendo este senoidal, buscando a não descontinuidade do serviço quando da falta de energia elétrica, bem como uma melhor proteção do equipamento.	Buscar junto a Administração recursos para obtenção destes materiais.	
Aquisição de 16 SWITCHS GERENCIAIS, sendo 8 de 24 portas e outras 8 de 48 portas para o SR/DPF/PE.	A quantidade existente de SWITCHS GERENCIAIS é insuficiente para atender a demanda da SR/PE, inviabilizando a ampliação da rede. Além do fato de que não dispomos de equipamentos reserva, o que poderá acarretar a qualquer momento descontinuidade do funcionamento da sede.	Buscar junto a Administração recursos para obtenção destes materiais	
Aquisição de 110 (cento e dez) impressoras laser, sendo 100 (cem) de impressão monocromática de 10 (dez) de impressão colorida.	A quantidade existente é insuficiente para atender a necessidade de serviço.	Buscar junto a Administração recursos para obtenção destes materiais	
Aquisição de 40 aparelhos telefônicos sem fio.	Os aparelhos telefônicos sem fio existentes estão em constantes reparos técnicos, em razão do tempo de uso.	Buscar junto a Administração recursos para obtenção destes materiais	
Aquisição de 20 aparelhos de FAX/FONE.	Muitos dos FAX's existentes estão em constantes reparos técnicos, em razão do tempo de uso, bem como a quantidade existente é insuficiente para atender a necessidade de serviço.	Buscar junto a Administração recursos para obtenção destes materiais	
Aquisição de 20 Scanner de Mesa, padrão da CTI.	Realizar serviços de digitação de imagem, documentos, mapas de tamanho maiores que A4.	Buscar junto a Administração recursos para obtenção destes materiais	
Instalar um sistema de iluminação na parte externa da superintendência e na quadra poliesportiva da Superintendência Regional.	Oferecer maior segurança as instalações da SR/DPF/PE.	Executar licitação para contratar empresa para instalar sistema de iluminação da área externa (pátio, estacionamento e fachada do edifício ), na quadra poliesportiva da SR/DPF/PE..	
Instalar sistema de comunicação interna.	Nesta Regional não existe um sistema de comunicação interna, dificultando a divulgação de mensagens direcionadas ao público interno e/ou externo, como por exemplo, nas ocasiões onde seja necessária a localização de algum servidor.	Contratação de empresa especializada em sonoplastia para instalação do sistema de som desta SR/DPF/PE.	
Modernização dos elevadores existentes no edifício sede da SR/DPF/PE.	Os dois elevadores existentes e em uso na sede da SR/DPF/PE, vem apresentando constantes problemas devido ao longo tempo de uso ( mais de trinta anos ), ficando por diversas vezes parados, afetando tanto ao público interno como ao externo, além disso, há o risco de um problema mais sério, apesar da manutenção periódica efetuada por empresa especializada.	Licitar para contratação de empresa especializada na modernização em elevadores.	
Obter frota de viaturas condizentes com as necessidades atuais: ônibus, caminhoneta, caminhão, sedãs, etc.	A atual frota está desgastada e conta com 45 (quarenta e cinco ) viaturas, o que não é suficiente para desenvolver os trabalhos inerentes as atribuições desta Regional.	Aquisição de viaturas através de processo licitatório, para atender as necessidades desta Regional e DPF.B em Salgueiro e Caruaru.	
Aquisição de mobiliário para a SR/DPF/PE.	O aumento do efetivo de Delegacias e das estruturas físicas e organizacional da SR/DPF/PE, bem como a bixa de material, faz com que seja necessária a aquisição urgente de mobiliário.	Adquirir através de processo licitatório, mobiliário para a SR/DPF/PE.	
Sistema de segurança: câmeras em todas as delegacias de Polícia Federal em PE, cerca elétrica nos muros, cancelas, portão eletrônico e dotar a recepção da SR/DPF/PE de sistema de identificação de visitantes.	Aumentar a segurança, melhorando o controle de acesso ao edifício sede da SR/DPF/PE.	Realizar licitação para a aquisição dos equipamentos e softwares necessários a identificação dos visitantes.	

Reforma arquitetônica na área da quadra, plantão, muro, guarita, fachada do prédio e calçada da SR/DPF/PE.	Um melhor atendimento e segurança na SR/DPF/PE.	Realizar licitação para a contratação de empresa de engenharia civil para reformar.	
Instalação de cobertura para as viaturas e veículos particulares no estacionamento desta SR/DPF/PE.	Melhor conservação dos veículos.	Contratação de empresa especializada para o serviço.	
Compras de aparelhos de ar- condicionados.	Aumento do número de delegacias.	licitar para contratação de empresa especializada na venda destes aparelhos.	
Aumentar a capacidade de carga da subestação de energia e compra um gerador.	Aumento de consumo de energia.	Realizar licitação para compra e serviço de manutenção.	
Construção de uma nova sede da Superintendência da Polícia Federal com 17.000 m2, em Pernambuco.	A atual sede, construída a mais de 30 (trinta) anos, já não comporta a quantidade de setores, funcionários e visitantes dificultando os trabalhos.	Realizar licitação para contratação de empresa de engenharia civil.	
Aquisição de impressoras e máquinas de xerox para esta Superintendência de Polícia Federal	O aumento de delegacias	Realizar licitação para compra e serviço de manutenção.	
construção de dois andares no bloco B desta Superintendência	Aumento do efetivo da Polícia Federal	Realizar licitação para contratação de empresa de engenharia civil.	
Construção de uma delegacia em Caruaru	A delegacia atual é alugada trazendo assim maiores despesas além de não estar adequada nas normas de segurança.	Realizar licitação para contratação de empresa de engenharia civil.	
Construção de uma delegacia em Salgueiro	A delegacia atual é alugada trazendo assim maiores despesas além de não estar adequada nas normas de segurança.	Realizar licitação para contratação de empresa de engenharia civil.	
Melhoria das instalações e layout da secretária do gabinete do SR/DPF/PE.	Necessidade de substituição/ aquisição de itens do mobiliário.	Aquisição de: 02 armários com 2 portas, cor bege 01 jogo de sofá 01 mesa de centro 01 tapete 02 cadeiras giratórias tipo secretária 02 cadeiras giratórias com braços	SIM
Melhoria das instalações e layout do setor de comunicação social Gabinete do SR/DPF/PE.	Necessidade de substituição de itens do mobiliário.	Aquisição de: 02 armários com 2 portas, cor bege 01 Rack para TV 34'' com suporte para DVD e vídeo	
Melhoria das instalações da sala da Assessoria do Gabinete do SR/DPF/PE.	Necessidade de aquisição de itens de informática.	Aquisição de: 01 computador 01 impressora	
Aumentar o quadro de policiais lotados na DELEFAZ.	Razoável quantidade de operações policiais em andamento, grande número de inquiridos em tramitação e necessidade de eficientemente atuar nas áreas de competência da especializada.	Lotação de servidores policiais.	
Adequar o espaço físico da DELEFAZ	Possibilitar que os policiais já lotados e os pleiteados possam se acomodar de forma razoavelmente satisfatória.	Atuação da Administração, especialmente da SRA na obtenção dos meios.	
Equipar a DELEFAZ de viaturas e equipamentos para o NA e o NO, além de computadores, impressoras, fax e máquina Xerox.	Possibilitar a realização satisfatória das investigações e também facilitar a instrução dos inquiridos.	Atuação da Administração com a aquisição dos equipamentos.	
Efetuar reforma no telhado do prédio da SR/DPF/PE, com a colocação de estrutura metálica para suportar os aparelhos de ar condicionado, antenas e demais estruturas que devam ficar na cobertura do prédio .	O telhado do prédio está em situação sofrível. A instalação, durante os últimos anos, de diversos aparelhos (ar condicionado, antenas) por sobre o antigo telhado, que não fora projetado para suportar tais estruturas, além dos sinais de fadiga normais do decurso do tempo, deixaram o prédio praticamente sem telhado. A DRCOR, situada no último andar, é quem mais sofre com a situação. As goteiras ameaçam constantemente os móveis, equipamentos valiosos, como os computadores, documentos importantes e comprometem o próprio ambiente de trabalho. A reforma é necessária e urgente	Contratação e execução de reforma do telhado do prédio da SR/DPF/PE	
Relocação das divisórias do 6º pavimento do prédio da SR/DPF/PE.	A crescente necessidade de espaço físico e as limitações à expansão das instalações obrigam a um reaproveitamento/otimização dos espaços disponíveis, o que pode ser feito através de relocação de divisórias.	Execução do projeto de relocação de divisórias do 6º pavimento.	SIM
Renovação e padronização do mobiliário.	A renovação e padronização do mobiliário têm importância fundamental no melhor aproveitamento do espaço físico disponível às atividades desenvolvidas pela DRCOR.	Aquisição de mobiliário padronizado, bem como a confecção de estações de trabalho conforme projeto apresentado.	
Atualização e incremento dos equipamentos de informática.	Os equipamentos de informática constituem instrumento de trabalho essencial. A sua atualização, bem como o incremento quantitativo que possa atender a necessidade gerada pelo aumento da demanda e de pessoal é meta que deve ser perseguida continuamente.	Aquisição de novos equipamentos de informática e atualização dos existentes	
Especialização efetiva das delegacias subordinadas à DRCOR	As delegacias especializadas foram criadas para poder tratar de forma diferenciada matérias específicas, uniformizando e padronizando procedimentos. A efetiva especialização passa pela distribuição das demandas às autoridades em razão da matéria, de acordo com as atribuições da sua lotação, tarefa que nem sempre é possível em razão da quantidade e irregularidade da demanda.	Distribuição dos feitos em andamento e expedientes para instauração de inquiridos às autoridades policiais segundo o critério em razão da matéria, agrupando os feitos segundo as atribuições de cada delegacia	
Aumento do efetivo.	A maior limitação ao aumento da produtividade é, sem dúvida, a carência de pessoal. O aumento do efetivo lotado nos diversos setores é uma necessidade incontestável. Para alcançar melhores resultados é fundamental que cada delegacia especializada possa ter sua lotação composta por equipes de, no mínimo, 1 DPF, 1 EPF e 2 APF's.	Lotação de policiais no âmbito da DRCOR	
Promover a realização de reuniões periódicas entre as DELEPATs das Superintendências da mesma Região do país, com a participação dos órgãos de segurança estaduais especializados.	Aumentar a integração do planejamento e da realização de operações com os estados vizinhos.	Possibilidade de criação de Câmaras Integradas para cuidar dos casos mais graves e emblemáticos.	
Pleitear a inclusão, na alçada da CEF e da EBCT, de medidas preventivas e da aquisição de equipamentos necessários à melhorias da segurança de suas instalações e processos.	Recomendar a adoção de providências efetivas por parte de empresas públicas, com o reforço de pedido de providências por parte do Ministério Público Federal, tendo em vista que, em especial, a EBCT também presta serviços de bancos postais, sujeitando-se, neste caso, à fiscalização e aplicação de normas da DELESP.	Dar conhecimento ao Superintendente, DREX e DCOR desta necessidade.	
Pleitear a facilitação do acesso de dados cadastrais dos terminais telefônicos armazenados nos bancos de dados das companhias telefônicas.	Recomendar aos órgãos da Justiça Criminal e ao Ministério Público de todas as esferas que as companhias telefônicas sejam orientadas no sentido de fornecer, através de ofício da autoridade policial, os dados relativos a aos registros dos usuários de linhas telefônicas, disponibilizando, inclusive, um sistema que poderia ser compartilhado através de convênio.	Dar conhecimento ao Superintendente, DREX e DCOR desta necessidade.	
Evitar a redistribuição de procedimentos que são presididos por outras autoridades policiais.	E m regra, os autos, antes de serem redistribuídos, devem ser acatados em cartório até retorno do seu presidente.	Dar conhecimento ao Superintendente, DREX e DCOR desta necessidade.	



Criação de um depósito e de um sistema de controle próprio de armas, munições e coletes da DELEPAT, ou mesmo à disposição da DRCOR.	A permanência de armamento e de munições no setor facilitaria e agilizaria o acesso dos policiais a estes materiais nas hipóteses de cumprimento de diligências rotineiras ou urgentes.	Dar conhecimento ao Superintendente, DREX e DCOR desta necessidade.	
Disponibilizar uma equipe de policiais voluntários com a função de ministrem palestras (a serem realizadas, inclusive, no período noturno), relacionadas à prevenção e repressão ao crime em geral, tendo como público-alvo preferencial a reunião de um número significativo de estudantes secundaristas, em convênio com a SDS e Secretaria de Educação do Estado e dos Municípios da Região Metropolitana.	revenção à criminalidade, através do uso de técnicas pedagógicas, afigura-se como instrumento policial eficaz e experiência social positiva, e reveladora da vontade, e empenho e dedicação do a Estado no que tange à política e pública governamental de s tutela aos interesses públicos e de segurança e de promoção a da paz que estão em jogo, com a respectiva correspondência s valores que a população deseja ver preservados, com a subseqüente diminuição dos índices da delinqüência infanto-juvenil.	Dar conhecimento ao Superintendente, DREX, à DCOR, à SDS, à Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD e também ao Conselho Nacional Antidrogas - CONAD, desta iniciativa.	
Aquisição de 01 aparelho de FAX	Encaminhar ofícios e outros documentos de maneira mais célere.	A cargo da SR/DPF/PE	SIM
Aquisição de 01 viatura	Possibilitar investigações, operações e cumprimento de mandados.	A cargo da SR/DPF/PE	
Criação da estrutura de uma DELEFIN nesta SR/PE.	Trata-se de um Estado de reconhecida importância na região nordeste e no cenário nacional, com carga de inquéritos suficiente para justificar a criação da Delegacia Especializada.	Levar o pleito ao conhecimento das autoridades dos órgãos centrais.	
Prover o NURFIN com efetivo mínimo de policiais (inicialmente pelo menos dois APF's)	Não há lotação para o NURFIN que se utiliza do NO DRCOR para eventuais diligências.	Dar conhecimento imediato às instancias internas acerca desta necessidade.	
Disponibilizar uma sala isolada destinada à autoridade policial para que os trabalhos de leitura, interpretação, estudos e análise e de produção de conhecimento sejam desenvolvidos de forma mais concentrada e eficiente.	As peculiaridades das investigações afetas ao NURFIN envolvem exigem estudos, trabalhos de análise e dedicação especiais, além do resguardo de algum sigilo mínimo, uma vez que não há na SR uma sala onde os DPF possam receber nem mesmo autoridades em caráter reservado para reuniões sobre investigações sigilosas.	Dar conhecimento imediato às instancias internas acerca desta necessidade.	
Dotar o NURFIN de estrutura física mínima e aparelhamento mínimo (viaturas, armamento, equipamentos de informática etc) para funcionamento que permita atendimento, pelo menos à instrução dos inquéritos instaurados	Atualmente o NURFIN resume-se ao DPF responsável, a um escrivão e uma estagiária, acomodados numa sala que mal permite o arquivamento dos inquéritos, que possuem inúmeros volumes e apensos.	Dar conhecimento imediato às instancias internas acerca desta necessidade.	
Promover maior integração das Delegacias desta Descentralizada, e conseqüente maior troca de informações.	Facilitar o planejamento das operações.	Definir a realização dos encontros e o cronograma de assuntos.	
Estruturar física e materialmente a Delegacia	Possibilitar o regular funcionamento da Delegacia	Pleitear verba para a execução dos serviços necessários	
Ampliar o número de servidores, não quantitativamente, mas com especialização na área ambiental.	Facilitar o combate ao crime ambiental	Pleitear lotação de servidores na Delegacia, principalmente APF's	
Conserto de equipamentos existentes: fax e impressora	Possibilitar o regular funcionamento da Delegacia	Pleitear verba para a execução dos serviços necessários	
Aquisição de scanner, máquina xerox, máquina fotográfica digital, gravador digital, binóculo, filmadora digital, impressora, aparelhos de telefonia celular, fones de ouvido estéreo tipo concha, pen-drive, notebook, no-break 1.2 KVA, 02 microcomputadores	Possibilitar o regular funcionamento da Delegacia	Pleitear verba para as aquisições necessárias	
Destinação pela administração regional de 05(cinco) veículos, com motorização potente e em bom estado de conservação, para uso nesta DRE/SR/DPF/PE, de três destes veículos e nos escritórios de inteligência no sertão pernambucano, sendo um cada base.	Atualmente só existe uma viatura oficial a disposição da DRE, especificamente uma Pick-up Frontier, enviada pela DCPQ/CGPRE, sendo todos os demais veículos, fruto de apreensões de drogas, estando os mesmos em péssimo estado de conservação.	Demonstrar a necessidade de veículos mais possantes e em condições de uso, para se evitar gastos no momento da abordagem.	
Aquisição de uma impressora laser para o NADRE/SR/DPF/PE.	Diminuição dos custos operacionais, haja vista que a produção de relatórios de inteligência do referido setor são é em grande quantidade gerando atualmente um custo elevado devido ao gasto de cartuchos para a impressora jato de tinta do NADRE.	Solicitação de aquisição do material citado.	
Aquisição de um scanner.	Melhoria na troca de informações com outros órgãos de inteligência, bem como as Delegacias de Repressão a Entorpecentes de outras Superintendências.	Solicitação de aquisição do material citado.	
Aquisição de um aparelho condicionador de ar tipo split de 18 mil btu's para a sala do servidor do sistema de inteligência policial, desta DRE.	O condicionador de ar da referida sala é velho e não atende a demanda, haja vista que o sistema mencionado deve operar em temperatura baixa, sob pena de alguma avaria num sistema que custa cerca de R\$ 400.000,00(quatrocentos mil reais).	Solicitação de aquisição do material citado.	
Instalação de um sistema de câmera de vigilância nas salas da DRE/SR/DPF/PE.	A guarda de material entorpecente e valores, por vezes em grande quantidade, durante flagrantes noturnos, o que ocasiona o encaminhamento do material apenas no dia seguinte ou no próximo dia útil, tratando-se de fins de semana.	Solicitação de aquisição do material citado.	
Destinação da sala onde funcionava o setor de passaportes no prédio anexo, para funcionamento no NPQ/DRE, com aquisição de móveis e equipamentos novos para o referido setor.	Atualmente o NPQ funciona precariamente juntamente com a XEROX desta SR, sendo fundamental assinalar que atualmente o Setor de Controle de Produtos Químicos é o terceiro em arrecadação no DPF só sendo superado pela emissão de passaportes e controle de segurança privada, merecendo um atendimento de qualidade do público.	Buscar junto a DCPQ a descentralização de verbas para esta SR para aplicação em tal melhoria.	
Aquisição de 2 (duas) licenças de software para elaboração de orçamentos de obra de engenharia	Nas Perícias de engenharia, relacionadas à determinação do custo de obras, é necessário utilizar um sistema de orçamento de obra, para elaborar orçamentos a partir das informações de quantidades de serviços e insumos, fazendo uso de um banco de composições pré-existentes, permitindo que o usuário altere e crie composições e insumos conforme suas necessidades. Além disso, há a necessidade de se emitir relatórios de orçamento sintético e analítico, detalhado por mão-de-obra e materiais, além da curva ABC de insumos e serviços.	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	SIM
Aquisição de 2 (duas) Sistema de Redes Neurais, Regressão Linear e Inferência Estatística aplicada a avaliações comparativas.	Dentre as perícias do ramo da engenharia legal há a especie engenharia de avaliação, onde as modernas técnicas de avaliação de imóveis exigem o uso de um sistema para análise do mercado imobiliário, através do uso de Redes Neurais Artificiais, da Inferência Estatística e Regressão Linear Múltipla, possibilitando a abordagem científica na valoração de bens, permitindo uma melhor interpretação dos fenômenos mercadológicos.	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
Aquisição 3 (três) licenças de aplicativo CAD para visualização, alteração de projetos de engenharia elaborados nessa plataforma.	As perícias de engenharia e de local de crime exigem a elaboração de plantas baixas dos locais examinados, visando materializar os acontecimentos do local ou caracterizar a obra executada. Além disso, há a necessidade de se abrir arquivos com extensões .dwg e .dxf recebidos para exame.	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	

Aquisição de 6(seis) GPS de navegação	A utilização de GPS é de fundamental importância na caracterização dos locais periciados na elaboração de laudos de meio ambiente, de caracterização de local de plantio de droga, levantamento cartográfico e de engenharia.	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
Aquisição de 3 (três) de trenas de em fibra de vidro de 50m	Trata-se de material básico para levantamento de locais de crime, de engenharia e de meio ambiente.	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
Aquisição de 3 (três) trenas de aço de 10m	Trata-se de material básico para levantamento de locais de crime, de engenharia e de meio ambiente.	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
Aquisição de 5 (cinco) máquinas fotográficas	Trata-se de material básico para levantamento de locais de crime, de engenharia e de meio ambiente.	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	SIM
01 (uma) Assinatura anual do Boletim IOB - Informações Objetivas	Trata-se de rico informativo da área contábil que se constitui em fundamental material de consulta e orientação para os exames da Perícia Contábil	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
4 (quatro) Laptops com a seguinte configuração mínima: Processador 64 bits de núcleo duplo, 01 GHz de clock, cache L2 de 1MB, HD de 80GB, 01 GB de memória RAM, 4 portas USB 2.0, gravador de DVD (+RW multilayer), 01 interface de rede Ethernet 10/100/BASE-TX com conector RJ45, interface de vídeo integrada com aceleração 3D. Tela - 15" polegadas, com correspondente impressora a jato de tinta portátil.	Constitui-se em equipamento necessário ao processamento de dados em viagens necessárias à Perícia Contábil	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
01 (um) Refrigerador duplex vertical, com capacidade mínima de 360 litros, em acabamento inoxidável, com sistema frost free, para o laboratório químico-farmacêutico-biológico.	Constitui-se em equipamento necessário ao armazenamento de substâncias químicas e biológicas utilizadas nas perícias de laboratório.	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
01 (um) frigobar com capacidade mínima de 100 litros	Constitui-se em equipamento necessário ao armazenamento de alimentos para os funcionários do SETEC	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
03 fones de ouvido com protetor de ouvido forrado em couro e controle de volume para o Laboratório de Perícias e Eletrônicos do SETEC/DPF/PE	Os fones existentes estão em péssimas condições de uso	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
01 videocassete time lapse para reprodução de imagens gravadas via circuito fechado de TV (sistemas de segurança)	Necessidade de examinar fitas no sistema time lapse	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
01 reproduzidor ou filmadora de fita mini-DV	Necessidade de examinar fitas mini-DV	Buscar recursos junto à administração.	
01 TV LCD com pelo menos 32 polegadas	Necessidade de examinar imagens de vídeo em detalhes com baixa distorção, inclusive para comparação de dimensões	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
04 baterias recarregáveis tipo AAA	Uso em controles remotos e aparelhos que utilizam pilhas AAA	Buscar recursos junto à administração	SIM
04 baterias recarregáveis tipo AA (min 2000 mAh)	Uso em controles remotos e aparelhos que utilizam pilhas AA	Buscar recursos junto à administração	
02 baterias recarregáveis de 9 V	Uso em aparelhos que utilizam baterias 9 V	Buscar recursos junto à administração	
01 recarregador rápido bi-volt de baterias AA e AAA	Recarregar rapidamente as baterias citadas nos itens 5 e 6	Buscar recursos junto à administração	
01 recarregador rápido bi-volt de baterias 9 V	Recarregar rapidamente as baterias citadas nos item 7	B Buscar recursos junto à administração	
Quarenta (40) microcomputadores (Processador 64 bits de núcleo duplo, 02 GHz de clock, cache L2 de 2MB, HD de 120GB, 02 GB de memória RAM, 4 portas USB 2.0, gravador de DVD (+RW multilayer), 01 interface de rede Ethernet 10/100/BASE-TX com conector RJ45, interface de vídeo integrada com aceleração 3D monitores - 17" polegadas de tela plana CRT ou LCD. teclados - Padrão ABNT2 com conector PS2 e pelo menos 104 teclas, Mouse ótico - com conector PS2, botão de rolagem e resolução mínima de 600dpi)	Estações destinada a elaboração de laudos periciais. Os equipamentos utilizados hoje são inadequados aos trabalhos de elaboração de laudos. O quantitativo leva em consideração o quantitativo de PCF's esperados para o ano de 2008 e equipamentos para uso da secretaria do SETEC	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
Quarenta (40) licenças do software Microsoft Windows Vista Ultimate	Sistema operacional para estações periciais	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
Quarenta (40) Licenças do software Microsoft Office 2007 Professional	Confecção de de documentos e apresentações dos resultados de exames periciais.	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
Três (03) Scanner's profissionais	Nos exames que envolvem documentos, é comum a necessidade de digitalização de uma quantidade grande de documentos para posterior análise através de softwares especializados	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
Cinco (05) impressoras Laser coloridas (02 bandejas com seleção automática de papel, impressão com qualidade fotográfica, interface Ethernet, 15 ppm ou superior)	Muitos laudos periciais utilizam imagens para ilustrá-los, daí a necessidade de equipamento de impressão profissional e em cores	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
Seis (06) impressoras Laser preto-e-branco	Impressoras com velocidade e baixo custo por página	Buscar recursos junto à administração	
Duas (02) impressoras a jato de tinta	Impressoras pequenas que podem ser transportadas facilmente e que têm cartuchos de baixo valor.	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
05 estações periciais para laboratório de informática (configuração anexa)	Os exames sobre equipamentos computacionais demandam o uso de equipamentos com funções específicas e capacidade de processamento diferenciada, além da necessidade de suporte a vídeo conferência. Além disso é esperado o aumento da equipe de peritos de informática para 05 PCF's	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
02 pontos de acesso para rede sem fio (configuração anexa)	A necessidade de utilizar dispositivos móveis como suporte a exames periciais mais elaborados ou para montar redes temporárias para suporte em buscas e locais de crime por computador	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
02 switch's 24 portas Ethernet 10/100	Montagem de redes temporárias para suporte em buscas e locais de crime por computador e apoio a agentes na análise de	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
Licença do software de recuperação de senhas Passware Kit para 05 usuários	Em alguns exames periciais, é necessária a quebra de senhas para acesso a informações úteis aos apuratórios. Um software desse tipo é ferramenta imprescindível nesses casos.	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
05 Licenças do software X-Way Forensics	Ferramenta de apoio a exames de locais de crime por computador e em buscas por vestígios digitais	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
05 Licenças do software AccessData Forensics Toolkit	Ferramenta de apoio a exames de locais de mídias e em buscas por vestígios digitais	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
05 Licenças do software Microsoft Windows Vista Ultimate	Sistema operacional para estações periciais	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	
05 Licenças do software Microsoft Office 2007 Professional	Confecção de de documentos e apresentações dos resultados de exames periciais.	Buscar junto à administração recursos para obtenção destes materiais ou receber.	

### 3.1.3 – INSTITUCIONAIS

META	JUSTIFICATIVA	AÇÃO	ATINGIDA
Melhorar a integração entre as descentralizadas do Nordeste, em especial com os Estados de Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, com foco no combate a organizações criminosas que atuam na região.	O crime organizado não respeita fronteiras geopolíticas, ao contrário, se aproveita delas para dificultar o seu enfrentamento. A região Nordeste, em especial os estados de RN, PB, PE e AL, fazem parte de um mesmo contexto cultural e econômico e as organizações criminosas que atuam na região costumam estender sua atividade por estes estados indistintamente. Para enfrentá-las é oportuna a atuação em conjunto.	Desenvolvimento e implementação de operações policiais em conjunto	SIM
Melhorar a atividade de Comunicação Social a fim de divulgação às atividades desenvolvidas e aos resultados obtidos.	A ocupação de espaço na mídia com notícias positivas faz parte do trabalho de uma instituição policial moderna.	Aprimorar e executar a política de Comunicação Social do DPF.	SIM
Melhorar o relacionamento com outras instituições ligadas à persecução penal, em especial a Justiça e o MPF.	A persecução penal é tarefa complexa, que exige ações coordenadas dos seus vários atores, notadamente quando se fala em persecução penal a integrantes de organizações criminosas. O relacionamento e a integração institucional entre os órgãos envolvidos nesta tarefa só tem a contribuir para o sucesso deste trabalho.	Estreitar o contato pessoal com os expoentes de outras instituições públicas ligadas à persecução penal, propondo uma pauta de assuntos relacionados à superação de obstáculos.	SIM
Estimular a aprovação e a votação das PECs 098/99 e 221/03.	Promover iniciativas junto aos órgãos centrais e representações parlamentares, objetivando o aperfeiçoamento das garantias inerentes ao exercício das atividades e das funções privativas, desempenhadas pela autoridade policial.	Dar conhecimento ao Superintendente.	
Estabelecer reuniões mensais com o Superintendente e com as chefias destas unidades descentralizadas.	Agilizar a avaliação e a programação das atividades, apresentação de sugestões e redirecionamento das metas acertadas, quando necessário.	Dar conhecimento ao Superintendente.	
Pleitear a revisão das normas procedimentais contidas na INN nº 11/01.	Sugerir alterações de algumas normas operacionais e procedimentais, visando a uma execução mais célere e otimizada em relação à atividade de Polícia Judiciária no âmbito do Departamento de Polícia Federal, agilizando às atribuições dos EPFs no cumprimento de expedientes.	Dar conhecimento ao Superintendente.	
Criação de um Grupo Especial de Repressão ao Crime Organizado em Pernambuco.	O grupo se reuniria às portas fechadas, em um local a ser definido, no mínimo, uma vez de cada mês, com o objetivo de colocar em discussão os casos criminais mais sensíveis e urgentes que, em última análise, estariam a merecer uma atenção toda especial dos órgãos envolvidos nos futuros trabalhos de investigação e de repressão, possibilitando, assim, a avaliação de medidas, troca de informações e a eleição, enfim, de uma agenda de prioridades, estabelecendo metas e linhas efetivas de atuação, com vistas à intensificação concentrada no que tange ao combate ao crime organizado em Pernambuco	Dar conhecimento ao Superintendente, DREX e DCOR, à SDS, aos órgãos do Ministério Público de Pernambuco, à Receita Federal, ao COAF, à Secretaria de Controle Externo do TCU e ao TCE.	
Convocar profissionais especializados na área de recursos humanos e em políticas de gerenciamento, com o fito de aprimorar os trabalhos a cargo desta unidade.	O fato é que os servidores deste órgão precisam ser mais valorizados, devendo encontrar em seu ambiente de trabalho fatores motivacionais saudáveis, tais como o estabelecimento de prioridades e o fortalecimento do espírito de equipe, face às próprias características das atividades policiais, que por si só são desgastantes e estressantes, como forma de investir na qualificação profissional do servidor e de sua qualidade de vida, a fim de que o mesmo disponha de um clima favorável para a execução de suas tarefas, sentindo-se estimulado, assim, para desenvolver todas as suas potencialidades.	Dar conhecimento ao Superintendente, DREX e DCOR desta necessidade.	
Promover a realização de reuniões periódicas com vistas à integração e atuação conjunta dos diversos Órgãos e instituições relacionados à atividade fazendária. A exemplo da Secretaria de Segurança Pública, através das polícias civil e militar; da Receita Federal; do Banco Central; do COAF; do Banco do Brasil; da Associação Brasileira de Combate à Falsificação – ABCF; da Associação de Proteção aos Direitos Intelectuais e Fonográficos – APDIF dentre outros.	Aumentar a integração do planejamento e da realização de operações com as já mencionadas entidades.	Definir a realização dos encontros, o cronograma de assuntos e a aplicação prática da cooperação, inclusive em operações em andamento.	SIM
Formação de um quadro de agentes próprio da Delegacia.	Possibilitar, com investigações próprias, o contínuo combate ao tráfico de armas	Lotação de APF's na DELEARM	SIM
Buscar cooperação com Delegacias de outros Estados, como forma de suprir a carência de pessoal.	Solução paliativa à meta proposta no item 1.	Contratos com chefes de outras DELEARM's	SIM
Estreitar o relacionamento com órgãos da justiça, Ministério Público, Receita Federal, COAF e BACEN no sentido de reprimir com eficácia os crimes financeiros e a lavagem de dinheiro.	O combate a esta modalidade criminosa depende da perfeita integração de informação e de medidas destes órgãos.	Possibilidade de criação de uma força-Tarefa para cuidar dos casos mais graves e emblemáticos com indicação de policiais de outros Estados, dependendo da sensibilidade de cada caso.	SIM
Realizar, em parceria com a receita federal e o BACEN curso básicos sobre a legislação tributária e financeira, visando desta forma fornecer o conhecimento mínimo e necessário aos policiais que atuam no combate a estas modalidades criminosas.	O domínio de novos e atuais conhecimentos sobre as normas que disciplinam o sistema tributário e financeiro dão o suporte necessário para uma melhor compreensão destes delitos e do modus operandi dos criminosos.	Dar conhecimento imediato às instâncias internas acerca desta necessidade.	SIM
Estreitar relacionamento entre as Polícias Civil e Militar, e demais corporações.	Facilitar a troca de informações policiais.	Promover reuniões com o objetivo especificado.	SIM
Estreitar o relacionamento com o IPHAN e o IBAMA	Facilitar a troca de informações entre os Órgãos.	Promover reuniões periódicas.	SIM
Estreitar o relacionamento com a Previdência Social e Delegacia de Receita Federal	Facilitar a troca de informações entre os Órgãos.	Promover reuniões periódicas.	SIM
Melhoria da divulgação dos trabalhos desenvolvidos pela DRE, mostrando a grande produtividade e a atuação inoassante do DPF em Pernambuco no combate ao tráfico de drogas.	Demonstrar a sociedade e aos demais órgãos de segurança e justiça que a Polícia Federal em Pernambuco é referência no combate ao tráfico de drogas e vem fazendo sua parte no combate a criminalidade neste estado.	Divulgar nos meios de comunicação de forma adequada as ações de combate ao tráfico, elevando o nome do DPF ao lugar de destaque neste segmento do combate à criminalidade.	SIM
Melhoria no fluxo de informações com outros órgão de segurança e com a justiça.	Maior eficácia nas ações policiais integradas, bem como maior rapidez na obtenção de autorizações judiciais (mandados de busca e de prisão) imprescindíveis a algumas operações aproveitando ao máximo o princípio da oportunidade.	Efetivação constante com outras forças de segurança, bem como com membros do Judiciário e Ministério Público, buscando adequar as atividades às peculiaridades de cada região bem como de cada alvo das operações policiais.	
Descentralização das Funções e atribuições nas unidades menores do DPF.	A existência de apenas uma função no âmbito das delegacias tipo "B", do que decorre uma indesejável centralização de atribuições.	Propor mudanças nas normas internas que regulam a estrutura do DPF.	

### 3.2 Recursos Financeiros

Natureza da Despesa Detalhada		2003	2004	2005	2006	2007
33901414	DIARIAS NO PAIS	1.521.832,53	1.649.466,50	2.176.912,68	2.418.947,60	2.992.827,71
33903001	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	282.688,78	55.405,65	84,96	10.196,30	80.391,10
33903002	COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES DE AVIACAO	0,00	162,00	4.555,12	124.929,00	0,00
33903003	COMBUSTIVEIS E LUBRIF. P/ OUTRAS FINALIDADES	0,00	0,00	0,00	0,00	204,78
33903024	MATERIAL P/ MANUTENCAO DE BENS IMOVEIS	26.188,06	72.227,69	0,00	19.976,28	13.488,49
33903301	PASSAGENS PARA O PAIS	253.858,77	306.951,40	402.371,86	429.411,68	449.959,15
33903602	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAIS	429,60	10.266,76	11.270,53	13.599,07	4.682,34
33903603	DIARIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO EXTERIOR	0,00	24.700,00	0,00	688,00	0,00
33903615	LOCACAO DE IMOVEIS	2.210,00	0,00	0,00	31.462,70	10.809,00
33903618	MANUTENCAO E CONSERV. DE EQUIPAMENTOS	1.004,00	639,15	2.650,20	1.696,81	4.745,79
33903622	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	15.510,00	11.318,10	5.202,00	7.200,00	20.887,89
33903625	SERVICOS DE LIMPEZA E CONSERVACAO	163,00	431,00	1.081,08	1.837,48	3.993,38
33903702	LIMPEZA E CONSERVACAO	192.566,19	230.003,95	231.662,22	212.276,26	174.473,64
33903703	VIGILANCIA OSTENSIVA	223.733,87	399.375,05	454.962,69	397.289,70	438.894,18
33903704	MANUTENCAO E CONSERVACAO DE BENS IMOVEIS	11.579,07	141.406,20	82.755,45	83.341,17	90.917,64
33903910	LOCACAO DE IMOVEIS	1.480,00	1.480,00	0,00	0,00	42.000,00
33903912	LOCACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	0,00	400,00	0,00	0,00	100,00
33903916	MANUTENCAO E CONSERV. DE BENS IMOVEIS	39.620,40	69.459,34	16.779,15	7.856,06	13.284,50
33903917	MANUT. E CONSERV. DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	43.366,50	17.137,02	67.628,95	8.295,51	30.005,50
33903943	SERVICOS DE ENERGIA ELETRICA	202.859,42	295.790,80	329.654,88	354.395,67	446.150,56
33903944	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO	40.187,84	108.513,12	108.598,15	95.482,04	108.393,79
33903947	SERVICOS DE COMUNICACAO EM GERAL	84.228,41	55.018,92	43.213,86	22.844,69	29.322,16
33903957	SERVICOS DE PROC. DE DADOS	1.411,26	30.478,95	1.040,00	0,00	1.714,00
33903958	SERVICOS DE TELECOMUNICACOES	33.039,83	383.252,03	336.009,61	636.844,12	299.687,61
33903978	LIMPEZA E CONSERVACAO	169,00	700,00	0,00	585,00	0,00
33903983	SERVICOS DE COPIAS E REPRODUCAO DE DOCUMENTOS	239,18	292,38	102,15	628,30	405,40
33903995	MANUT.CONS.EQUIP. DE PROCESSAMENTO DE DADOS	6.159,65	3.397,75	0,00	1.716,80	2.683,00
<b>TOTAL</b>		<b>2.984.525,36</b>	<b>3.868.273,76</b>	<b>4.276.535,54</b>	<b>4.881.500,24</b>	<b>5.260.021,61</b>

Natureza da Despesa Detalhada		2003	2004	2005	2006	2007
3449052	AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES	729.639,78	84.290,40	256.231,97	155.286,27	92.138,76
<b>TOTAL</b>		<b>729.639,78</b>	<b>84.290,40</b>	<b>256.231,97</b>	<b>155.286,27</b>	<b>92.138,76</b>

### 3.3 Contratos de terceirização

ITEM	Nº DO CONTRATO	OBJETO	VALOR DO CONTRATO
1	03/2004	LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	R\$ 178.181,16
2	12/2003	MANUTENÇÃO PREDIAL	R\$ 110.225,88
3	24/2005	COPEIRAGEM E OPERAÇÃO EM MÁQUINA COPIADORA	R\$ 27.601,56
4	11/2003	VIGILÂNCIA ARMADA	R\$ 452.961,36
<b>TOTAL</b>			<b>R\$ 768.969,96</b>

### 3.4 Recursos Humanos

Distribuição dos recursos humanos pelas unidades administrativas.

UNIDADE	CARGOS							
	DPF	PCF	EPF	APF	PPF	ADM	TERCEIRIZADOS	ESTAGIÁRIOS
NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL - NIP	01	00	01	08	00	01	00	00
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI	00	01	00	00	00	06	00	04
SETOR DE RECURSOS HUMANOS - SRH	01	00	01	04	00	07	00	01
SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO - SETEC	00	31	00	00	05	01	00	01
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL – SELOG	00	01	00	00	00	23	57	05
DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA - DREX	11	00	02	121	02	09	00	14
DELEGACIA REGIONAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - DRCOR	06	00	10	22	00	02	00	03
CORREGEDORIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL - COR	05	00	04	04	00	01	00	02
GABINETE DO SUPERINTENDENTE	01	00	02	00	00	02	00	00
DELEGACIA DE CARUARU	05	00	06	28	01	01	01	01
DELEGACIA DE SALGUEIRO	08	00	07	32	00	01	01	01
<b>TOTAL</b>	38	33	54	220	08	54	59	32

Durante o exercício de 2007 houve um considerável acréscimo de servidores policiais. Não obstante esse incremento, a quantidade de policiais ainda se mostra insuficiente para o atendimento das necessidades da Superintendência. Os servidores policiais foram lotados em grande maioria nas Delegacias de Caruaru e Salgueiro e no Setor Técnico-Científico.

O mesmo não se pode ressaltar com relação aos servidores do PEC (Plano Especial de Cargos), onde não houve evolução do quadro no seu quantitativo. Tal fato, tem comprometido a qualidade dos serviços prestados pela Superintendência, especialmente na área meio.

O incremento de servidores administrativos, bem como sua qualificação mostra-se de fundamental importância para a continuidade dos bons serviços prestados por essa Instituição.

#### 4. Gestão de Programas e Ações

##### Programa 0089– PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes
<b>Gerente do programa</b>	Informação não disponível
<b>Gerente executivo</b>	Informação não disponível
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	Taxa de Comprometimento da Receita Líquida da União
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas

##### AÇÃO 0181 –PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CIVIS.

<b>Tipo</b>	<b>OPERAÇÕES ESPECIAIS</b>
<b>Finalidade</b>	Garantir o pagamento devido aos servidores civis inativos do Poder Executivo ou aos seus pensionistas, em cumprimento às disposições contidas em regime previdenciário próprio.
<b>Descrição</b>	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas, incluídas a aposentadoria/pensão mensal, a gratificação natalina e as eventuais despesas de exercícios anteriores.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Departamento de Polícia Federal
<b>Unidades executoras</b>	Informação não disponível
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Informação não disponível
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Não há coordenador vinculado
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Informação não disponível

## Programa 1127– SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA - SUSP

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Ampliar a eficiência do Sistema de Segurança Pública e Defesa Civil mediante a reestruturação e integração de suas organizações
<b>Gerente do programa</b>	Antônio Carlos Biscaia
<b>Gerente executivo</b>	Não possui
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	Índice sintético de desempenho
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Operadores de Segurança Pública

### AÇÃO 1F65 –IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA E DE SISTEMAS VITAIS DE SUPORTE.

<b>Tipo</b>	<b>PROJETO</b>
<b>Finalidade</b>	Implantar a infra-estrutura necessária para fornecer suporte às ações de segurança pública nos Jogos Pan e Para-Pan-Americanos de 2007.
<b>Descrição</b>	Implantação de sistema único de comunicação e comando/controle, aberto para ligação entre todos os órgãos de segurança pública (federal, estadual e municipal); ampliação das câmeras no estado do Rio de Janeiro e da Central de Monitoramento da Secretaria Segurança Pública/RJ e do setor de transportes; implementação e ampliação no sistema de rastreamento de veículos; treinamento para atividades no Centro de Operações; adequação das estruturas dos estádios e locais de eventos esportivos; contratação de consultoria; construção e implantação do Centro Regional de Treinamento para formação de policiais condutores de cães de trabalho; patrulhamento e monitoramento aéreo de áreas críticas ou de situações adversas; aquisição de bens e contratação de serviços na área de tecnologia da informação e comunicação.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Fundo Nacional de Segurança Pública - Fnsp.
<b>Unidades executoras</b>	Informação não disponível
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Informação não disponível
<b>Coordenador nacional da ação</b>	JOSÉ HILÁRIO NUNES MEDEIROS
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Informação não disponível

### AÇÃO 8545 –APOIO A REPRESSÃO QUALIFICADO.

<b>Tipo</b>	<b>ATIVIDADE</b>
<b>Finalidade</b>	Apoiar a implementação e coordenação de atividades integradas e operações especiais de Segurança Pública voltadas ao controle e repressão à criminalidade.
<b>Descrição</b>	Apoio à implementação e coordenação de atividades integradas e operações especiais de Segurança Pública desenvolvidas pelos órgãos federais (Polícia Federal e Rodoviária Federal) e/ou estaduais (Polícias Civil e Militar), em todo o território nacional. Operações Integradas: Áreas de fronteira internacional em apoio aos órgãos federais (Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Forças Armadas Brasileiras e Secretaria da Receita Federal); Áreas urbanas em apoio aos órgãos de segurança pública dos estados para controle da criminalidade; Combate ao crime organizado em áreas localizadas do território nacional; Operações combinadas de segurança pública.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP
<b>Unidades executoras</b>	SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Informação não disponível
<b>Coordenador nacional da ação</b>	João Francisco Goulart dos Santos
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Informação não disponível

## Programa 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

<b>Tipo de programa</b>	Apoio Administrativo
<b>Objetivo geral</b>	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
<b>Gerente do programa</b>	Informação não disponível
<b>Gerente executivo</b>	Informação não disponível
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	Não possui
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Governo

### AÇÃO 2000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE.

<b>Tipo</b>	<b>ATIVIDADE</b>
<b>Finalidade</b>	Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.
<b>Descrição</b>	<p>A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.</p> <p>Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).</p> <p>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.</p>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Departamento de Polícia Federal
<b>Unidades executoras</b>	Informação não disponível
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Informação não disponível
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Não há coordenador vinculado
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Informação não disponível



## Programa 1353– MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Aprimorar a estrutura e o modelo operacional, gerencial e a capacidade executiva do policiamento federal
<b>Gerente do programa</b>	DPF – Alciomar Goersch
<b>Gerente executivo</b>	Maurício de Melo Passos
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	Taxa de modernização das unidades operacionais da Polícia Federal
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Sociedade brasileira

### AÇÃO 1899 – REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES OPERACIONAIS E DO SEGMENTO TÉCNICO-CIENTÍFICO(PROMOTEC/PRO-AMAZONIA).

<b>Tipo</b>	<b>PROJETO</b>
<b>Finalidade</b>	Reaparelhar as unidades da Polícia Federal com equipamentos e tecnologias aplicáveis à atividade policial, visando à modernização da instituição e ao aumento de sua eficiência no combate à criminalidade.
<b>Descrição</b>	Aquisição de equipamentos e sistemas para a área de criminalística, de identificação e de outros sistemas aplicáveis à capacitação e à investigação policial; aquisição de aeronaves, de embarcações, de viaturas e outros itens de uso policial para comporem os diversos sistemas relacionados ao Programa de Modernização da Polícia Federal, provenientes de recursos externos; construção de um banco de dados de DNA; aquisição de materiais permanentes e implantação dos planos de segurança orgânica nas Unidades do Departamento de Polícia Federal - DPF, abrangendo a segurança das instalações, segurança do pessoal, segurança de sistemas e segurança de documentos, provenientes de recursos próprios e do Tesouro Nacional.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal
<b>Unidades executoras</b>	Informação não disponível
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Informação não disponível
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Paulo Martins Beltrão Filho
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Informação não disponível

### AÇÃO– 1778 - IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA E TELECOMUNICAÇÕES DA POLÍCIA FEDERAL (PROMOTEC/PRÓ-AMAZÔNIA)

<b>Tipo</b>	<b>PROJETO</b>
<b>Finalidade</b>	Prover a Polícia Federal de sistemas de informação e de modernas ferramentas de tecnologia da informação, visando maior agilidade na troca de informações e eficácia nas operações policiais.
<b>Descrição</b>	Reestruturação e desenvolvimento de sistemas de informação e de telecomunicações; contratação de consultorias e de estudos; aquisição de equipamentos e de tecnologias aplicáveis à atuação policial.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal
<b>Unidades executoras</b>	Informação não disponível
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Informação não disponível
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Paulo Martins Beltrão Filho
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Informação não disponível

## Programa 0662– COMBATE A CRIMINALIDADE

<b>Tipo de programa</b>	Finalístico
<b>Objetivo geral</b>	Intensificar o combate à criminalidade no país mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.
<b>Gerente do programa</b>	Não possui
<b>Gerente executivo</b>	Não possui
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	Prazo e taxa de conclusão de inquéritos policiais na Polícia Federal
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Sociedade brasileira

### ACÇÃO– 2679 - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE EMPRESAS DE PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PRECURSORES QUÍMICOS

<b>Tipo</b>	<b>ATIVIDADE</b>
<b>Finalidade</b>	Promover ações de fiscalização e controle do uso de produtos químicos, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópica, não permitindo que sejam utilizados na produção de drogas.
<b>Descrição</b>	Realização de operações rotineiras e/ou emergenciais no sentido de prevenir, combater e debelar o desvio de finalidade na utilização de produtos químicos submetidos a controle, utilizáveis na produção de substâncias entorpecentes e/ou psicotrópicas, como cocaína, heroína, LSD, entre outros. Realizar Controle Administrativo por meio do cadastramento e licenciamento das pessoas jurídicas e físicas com a emissão dos documentos de controle, além da recepção e processamento das informações relacionadas às atividades submetidas a controle no comércio interno e externo, bem como instauração de processos administrativos de infração visando a apuração de infrações previstas na Lei nº 10.357/01 e aplicação de sanções.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal
<b>Unidades executoras</b>	Informação não disponível
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Informação não disponível
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Tude Tupy Fonseca
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Informação não disponível

### ACÇÃO– 2720 - OPERAÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO

<b>Tipo</b>	<b>ATIVIDADE</b>
<b>Finalidade</b>	Planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.
<b>Descrição</b>	Mobilização dos meios necessários e execução de operações policiais visando ao mapeamento, identificação e combate das organizações criminosas e suas ramificações, bem como as operações de correições disciplinares e de combate à corrupção interna.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal
<b>Unidades executoras</b>	Informação não disponível
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Informação não disponível
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Daniel Lorenz de Azevedo
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Informação não disponível

**AÇÃO- 2726 - PREVENÇÃO E REPRESSÃO A CRIMES PRATICADOS CONTRA BENS, SERVIÇOS E INTERESSES DA UNIÃO**

<b>Tipo</b>	<b>ATIVIDADE</b>
<b>Finalidade</b>	<p>Combater o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.</p>
<b>Descrição</b>	<p>Desenvolvimento de atividades de inteligência; mapeamento e ocupação de áreas; processamento de informações; execução de investigações, perícias, interrogatórios, acareações, reconstituições e de outras ações relevantes à elucidação de crimes; custeio de despesas com o deslocamento de agentes; aquisição de equipamentos de uso policial; dentre outros.</p> <p>Planejamento, coordenação e execução de operações e atividades voltadas para a garantia da integridade física de representantes dos Poderes da República, autoridades brasileiras e estrangeiras em visita ao Território Nacional.</p> <p>Concepção e implantação de um conjunto de iniciativas para o fortalecimento do controle de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional. Realizar operações de fiscalização voltadas para a implementação de um efetivo controle das atividades relacionadas à fabricação, importação, exportação, registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição em todo o Território Nacional.</p>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Fundo para Aparelhamento e Operacionalização das Atividades Fim da Polícia Federal
<b>Unidades executoras</b>	Informação não disponível
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Informação não disponível
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Leandro Daiello Coimbra
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	Informação não disponível

## 5. Desempenho operacional

### 5.1 VINCULAÇÃO DAS REALIZAÇÕES DA UNIDADES COM O PLANO PLURIANUAL

#### 5.1.1 Ação nº 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 2.217.828,56

#### Atividades desenvolvidas no âmbito da Ação.

#### Setor Técnico-Científico – SETEC

#### Quadro de Laudos Emitidos

<i>Área de Exame</i>	<i>Total</i>
Perícias Contábeis e Econômicas	41
Perícias de Audiovisual e Eletroeletrônicos	83
Perícias de Balística Forense	106
Perícias de Engenharia	15
Perícias de Informática	238
Perícias de Laboratório	495
Perícias de Local de Crime	53
Perícias de Meio Ambiente	7
Perícias de Veículos	77
Perícias Documentoscópicas	173
Perícias Merceológicas	35
<b>TOTAL</b>	<b>1.323</b>

#### Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

Além dos Laudos emitidos no SETEC/SR/PE foram desenvolvidos trabalhos por Peritos nos estados do Amazonas, Alagoas, Pará, Roraima, Rio de Janeiro (Jogos Pan Americanos), e Distrito Federal (Operação Aveloz e Aulas na Academia Nacional de Polícia);

**Inteligência Policial – NIP**

<b>OPERAÇÃO/ATIVIDADE</b>	<b>LOCAL</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESULTADO</b>	<b>Uso de VS S ou N</b>
OP. ALCAIDES	ITAÍBA SERTÃO	FRAUDES NAS LICITAÇÕES DAS PREFEITURAS	CONCLUÍDA	
OP. BIG BROTHER	RECIFE			
OP. CUNHA				
OP. NAVALHA	BSB/AL/BA/PE	APREENSÃO E PRISÃO DE UM DOS ALVOS	CONCLUÍDA	
OP. SÃO FRANCISCO	PETROLINA	TRÁFICO INTERNACIONAL DE DROGAS	CONCLUÍDA	
OP. SATÉLITE	RECIFE	GRUPOS DE EXTERMÍNIO	ANDAMENTO	
OP. AVELOZ	CARUARU / REGIÕES	GRUPO DE EXTERMÍNIO QUE ATUAVA NO AGRESTE A PARTIR DE CARUARU/PE	CONCLUÍDA	
OP.PAPIRUS	RECIFE / PALMARES / SP / MG / CARUARU	FALCIFICAÇÃO E DE CRLV'S COM PARTIC. FUNC. PÚB. ESTADUAL	ANDAMENTO	
OP. TRANSFORMERS	RECIFE / JABOATÃO DOS GUARARAPES	ROUBO, FURTO E TRANSPLANTES DE VEÍCULOS	PARADA	
OP. FELIX	RECIFE	GRUPO DE EXTERMÍNIO THUNDERCATS, DEU SUPORTE A OPERAÇÃO CANAÃ	CONCLUÍDA	
OP. CANAÃ	RECIFE	“	CONCLUÍDA	
OP. PERIPLO	RECIFE	TRÁFICO DE ARMAS	ANDAMENTO	
OP. PUCUMÃ				
OP. LOUROS DA VITÓRIA	RECIFE / CARUARU	CORRUPÇÃO NA PRF	CONCLUÍDA	
OP. NAUTILUS				
OP. INCONQUISTÁVAL	RECIFE / ESC PORTO RECIFE		ANDAMENTO	
OP. DIDIER	RECIFE			
OP. PLACEBO				
OP. RESGATE				
OP. CONTRA DE INTELIGÊNCIA	RECIFE	XXX	CONCLUÍDA	
OP. CONTRA -1	RECIFE	XXX	ANDAMENTO	
OP.CONTRA - 2	RECIFE	XXX	ANDAMENTO	
OP. CONTRA - 3	RECIFE	XXX	ANDAMENTO	
OP.VENTANIA	PE/AL	CONTRABANDO	ANDAMENTO	
OP.CONTRA – 4	RECIFE	XXX	CONCLUÍDA	
OP. INTRANEUS	RECIFE	CORRUPÇÃO NO JUDICIÁRIO		
OP. ZEBRA	RECIFE	JOGO DO BICHO	CONCLUÍDA	
OP. MARCO ZERO				

## Polícia de Imigração – DELEMIG

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Implantação dos novos sistemas STI e SINPA	Aeroporto Internacional dos Guararapes; Portos de Suape e Recife	Modernização do Núcleo de Passaportes e de Fiscalização ao Tráfego Internacional	Concluído, com sucesso. Pende a instalação de rede lógica nos portos Recife e Suape.	N

### Indicadores

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Passaportes expedidos					26.922
Extradições					01
Carteiras de estrangeiros					1.210
Deportações					08
Expulsões					02
Repatriações					03

### Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

Em razão do diminuto efetivo, as operações policiais para fiscalização de estrangeiros irregulares em território nacional restaram prejudicadas, porém houve forte incremento na atividade administrativa, com a utilização dos novos sistemas e readequação das áreas disponíveis no Aeroporto Internacional dos Guararapes-Gilberto Freyre para a Polícia Federal.

Outro ponto significativo foi a criação do NEPOM/PE, atual DEPOM/PE, com sede no Porto de Suape, a qual nasceu a partir do esforço de policiais lotados nesta Especializada, contando atualmente com várias embarcações e com atuação, inclusive, no recém-criado Posto Avançado do Departamento de Polícia Federal no Arquipélago de Fernando de Noronha.

Por fim, a criação do Posto Avançado do Departamento de Polícia Federal no Arquipélago de Fernando de Noronha decorreu do trabalho conjunto da DELEMIG, DELEMAPH e DRE, sendo possível, atualmente, realizar trabalhos de migração naquele posto avançado.

## Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV

### Indicadores

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Quantidade de IPL's instaurados					184
Quantidade de IPL's relatados					115
Quantidade de IPL's em andamento					207
Estimativa de valores apurados nos inquéritos policiais: R\$					

ITEM	TIPIFICAÇÃO		Quantidade	Percentual
	Tipo	Crime		
01	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho		
02	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	84	40,58%
03	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa		
04	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária		
05	Art. 157 (C.P.B)	Roubo		
06	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional		
07	Art. 155 (C.P.B)	Furto		
08	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente		
09	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica		
10	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso		
11	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações		
12	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	06	2,91%
13	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Documento Público		
14	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	14	6,76%
15	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações		
16	Art.342 (C.P.B)	Falso Testemunho		
17	Art. 293 (C.P.B)	Falsificação de Papéis Públicos		
18	Outros	Diversos	103	49,75%
<b>TOTAL</b>			<b>207</b>	<b>100%</b>

#### Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

Foi dada continuação aos trabalhos relacionados com os desdobramentos de Operações Policiais realizadas em anos anteriores, com o contínuo aumento de benefícios fraudulentos identificados e cessados por irregularidades.

Foram instaurados vários Inquéritos e iniciadas grandes investigações que possivelmente resultarão em operações policiais no ano de 2008 com repercussão na defesa dos cofres da Previdência Social.

## Defesa Institucional - DELINST

### Indicadores

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Segurança de Dignitários					22
Proteção de testemunhas ameaçadas					08
Registros de arma expedidos					1.492
Portes de arma expedidos					66

## Controle de Segurança Privada - DELESP

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS ou N
OPERAÇÃO PLANO DE SEGURANÇA	RECIFE, REGIÃO METROPOLITANA, MATA SUL e MATA NORTE DO ESTADO	FISCALIZAR PLANOS DE SEGURANÇA DE ESTABELECIMENTOS FINANCEIROS	400 BANCOS FISCALIZADOS	

### Indicadores

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Aplicação de multas por ano					122
Certificados emitidos por ano					249
Carteiras de vigilantes expedidas por ano					3.245
Vistorias realizadas por ano					697

### Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

A DELESP desempenhou suas atribuições de acordo com o esperado, intensificando a atividade de fiscalização dos planos de segurança dos bancos e a vistoria das empresas de segurança privada, além de tentar conscientizar os tomadores de serviço sobre a importância de contratar empresas regulares, obtendo resultados significativos.



## Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Rosa dos Ventos	Olinda/Caruaru/Lajedo (PE)	Reprimir o tráfico de animais silvestres.	Cumprimento de Mandado de Busca e Apreensão em estabelecimento comercial; Ação fiscalizatória em feiras de comércio de animais silvestres; Apreensão de 108 animais silvestres;	
Lenha Branca	Pólo Gesseiro (PE) Araripina, Trindade, Ouricuri e Ipubi	Reprimir a prática da atividade de calcinação sem licença ambiental e uso ilegal de madeira da caatinga como matriz energética.	Encerramento das atividades de seis empresas com atividade não licenciada; Lavratura dos correspondentes termos circunstanciados flagranciais pelos crimes tipificados nos arts. 46 e 60 da Lei 9605/1998	

### Indicadores

ÍNDICES	QUANTIDADE
Quantidade de IPL's instaurados	24
Quantidade de IPL's relatados	26
Quantidade de IPL's em andamento	85

### Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

No ano de 2007 a Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio Ambiente e Patrimônio Histórico passou por um processo de reestruturação física e de efetivo que possibilitou atingir uma situação bastante superior à realidade anterior.

A delegacia, que até o fim do primeiro semestre do corrente ano era instalada em uma pequena sala no segundo andar, hoje absorvida pela DELEFAZ, sem policiais em efetivo exercício, conta atualmente com instalações físicas que atendem perfeitamente ao padrão recomendado pela DMAPH/CGPFAZ/DIREX/DPF, destacando-se a instalação de núcleo de análise.

Atualmente encontram-se em andamento investigações voltadas ao desencadeamento de três operações, de provável repercussão interestadual, além da implementação do Projeto Bumerangue, que tem como objetivo conter o crescente desmatamento no estado, reprimindo, mediante ações rápidas, pontuais e periódicas, a extração o transporte e uso ilegais de madeira

## Delegacia de Caruaru

<b>OPERAÇÃO</b>	<b>LOCAL</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESULTADO</b>
PUCUMÃ	ÁGUAS BELAS E REGIÃO	PRENDER FRAUDADORES DO INSS BEM COMO CUMPRIR MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO	<b>33 PRISÕES E APREENSÕES DIVERSAS</b>
POMBO CORREIO	CARUARU	PRENDER OFICIAIS DE JUSTIÇA E ADVOGADOS, BEM COMO CUMPRIR MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO	<b>8 PRISÕES E APREENSÕES DIVERSAS</b>
OPERAÇÃO AVELOZ	CARUARU e REGIÃO	PRENDER TRAFICANTES E PISTOLEIROS, BEM COMO CUMPRIR MANDADOS DE BUSCA E APREENSÃO	<b>23 PRISÕES E APREENSÕES DIVERSAS</b>

### Análise da atuação da unidade e dos resultados obtidos:

O desdobramento dos policiais, que atuam em várias frentes, bem como o constante e sistemático apoio prestado pela Superintendência Regional, determinaram o sucesso nas operações policiais, bem como nas atividades administrativas no ano em apreço.

No ano de 2007, duas operações de grande vulto foram levadas a termo nesta Delegacia, demandando a disponibilização de um grande aparato tecnológico do qual não dispúnhamos na Delegacia em Caruaru. Socorremo-nos da Superintendência, especificamente da Delegacia de Repressão a Entorpecentes, que nos cedeu uma parte do sistema utilizado na referida Especializada.

## Delegacia de Salgueiro

### Setor de Passaportes e Estrangeiros

<b>ÍNDICES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Passaportes expedidos por ano	91
Extradições realizadas por ano	-
Carteiras de estrangeiros expedidas por ano	Não se aplica
Deportações realizadas por ano	01
Expulsões realizadas por ano	-
Repatriações realizadas por ano	-

### Polícia Judiciária

<b>ÍNDICES</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Quantidade de IPL's instaurados	320
Quantidade de IPL's relatados	235
Quantidade de IPL's em andamento	961

ITEM	TIPIFICAÇÃO		Quantidade	Percentual
	Tipo	Crime		
01	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	05	1,5
02	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	19	5,9
03	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	08	2,5
04	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	02	0,6
05	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	04	1,2
06	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	-	-
07	Art. 155 (C.P.B)	Furto	07	2,1
08	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	01	0,31
09	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	09	2,8
10	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	05	1,5
11	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	10	3,1
12	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	01	0,31
13	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Documento Público	09	2,8
14	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	06	1,8
15	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	-	-
16	Art.342 (C.P.B)	Falso Testemunho	03	0,93
17	Art. 293 (C.P.B)	Falsificação de Papéis Públicos	-	-
18	Outros	Diversos	231	72,1
<b>TOTAL</b>			<b>320</b>	<b>100</b>

#### Atribuições relativas à Defesa Institucional

ÍNDICES	QUANTIDADE
Segurança de Dignitários	04
Proteção de testemunhas ameaçadas	02
Solicitações de registros/transferência e/ou comunicação de perda/extravio de armas	15
Solicitações de Portes de armas	01

#### Comissão de Vistoria (Segurança Privada)

ÍNDICES	QUANTIDADE
Aplicação de multas por ano	Não se aplica
Certificados emitidos por ano	30
Carteiras de vigilantes expedidas por ano	Não se aplica
Vistorias realizadas por ano	39

### 5.1.2 Ação nº 2680 - Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 0,00

#### Atividades desenvolvidas no âmbito da Ação.

#### Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
ZEBRA	Recife/São Paulo/ Rio de Janeiro	Reprimir crimes de lavagem de dinheiro e contra o sistema financeiro nacional	Prisão de 13 pessoas; Apreensão de mais de R\$ 2.000.000,00 em dinheiro; Apreensão de imóveis de luxo, de carros importados, lanchas, helicóptero e jato.	S

#### Quantidade de armas apreendidas

TIPO (pistola, revolver, fuzil, etc)	CALIBRE	QUANTIDADE
Revólveres	38	12
Pistolas	.380	2
Pistolas	22	1
Espingardas	36	1
Espingardas	28	1
Espingardas	12	1
Rifles	38	1

#### ANÁLISE DA ATUAÇÃO E RESULTADOS:

No ano de 2007, foi possível realizar a OPERAÇÃO ZEBRA, a qual, sob a perspectiva do volume de bens apreendidos, foi a maior operação já deflagrada em Pernambuco.

Quanto à repressão ao tráfico de armas de fogo, a Delegacia teve uma atuação muito tímida, já que envolvida em outros trabalhos (a eclodir no ano de 2008) contra a lavagem de dinheiro no Estado, que são muito mais significativos.

## Repressão a Entorpecentes – DRE

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
<b>MELEAGRIS</b>	<b>Recife e Região Metropolitana</b>	<b>Combater o tráfico de drogas ilícitas</b>	<b>Apreensão de cerca de 90 (noventa quilos) de cocaína, prisão de 32 pessoas e apreensão de 09 (nove) veículos.</b>	
<b>TERRA PROMETIDA</b>	<b>Sertão de Pernambuco</b>	<b>Combater o cultivo de droga ilícita (maconha).</b>	<b>Erradicação de cerca de 1.200.000 (um milhão e duzentos mil) pés de maconha.</b>	
<b>PEDRA 90</b>	<b>Região metropolitana do Recife</b>	<b>Combater o tráfico de drogas ilícitas</b>	<b>Apreensão de cerca de 400 (quatrocentos) quilos de maconha e cerca de 60 (sessenta) quilos de cocaína.</b>	
<b>PROMETEU</b>	<b>Sertão de Pernambuco</b>	<b>Combater o cultivo de droga ilícita (maconha).</b>	<b>Erradicação de cerca de 130.000 (cento e trinta mil) pés de maconha.</b>	

## Índices

TIPOS DE ENTORPECENTES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
COCAÍNA (KG)					60
CRACK (KG)					15
HAXIXE (KG)					200
L.S.D. (UN)					00
LANÇA PERFUME (FR)					00
M.D.M.A. (UN) – Exctase					00
MACONHA (KG)					976,218
MERLA (KG)					00
PASTA BASE (KG)					134,263
PÉS DE MACONHA (UN)					00
PSICOTRÓPICOS (UN)					00
SEMENTE DE MACONHA (KG)					00
CLORETO DE ETILA (L)					00
HEROÍNA (KG)					00

OUTROS DADOS	
VEÍCULOS APREENDIDOS	38
ARMAS APREENDIDAS	15
PESSOAS PRESAS	147
INQUÉRITOS INSTAURADOS	81

## CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS

ATIVIDADES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
EMPRESAS FISCALIZADAS					26
CADASTROS APROVADOS					68
LICENÇAS RENOVADAS					192
AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS EMITIDAS – IMPORTAÇÃO					67
AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS EMITIDAS – EXPORTAÇÃO					00
AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS EMITIDAS					01
PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS (LÍQUIDO - L)					123
PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS (SÓLIDO -KG)					10.000
VALORES ARRECADADOS – TAXAS					R\$ 230.600,00
VALORES ARRECADADOS – MULTAS					00

### ANÁLISE DA ATUAÇÃO E RESULTADOS:

As atividades da Delegacia sofreram prejuízo em razão do emprego do efetivo em operações de natureza diversa da atividade-fim da DRE, em razão das demandas operacionais em outras áreas e que implicaram na necessidade de contar com todo o efetivo operacional disponível na Superintendência. Deve-se considerar ainda que, embora as operações de erradicação de maconha no sertão do Estado sejam planejadas e executadas pela DRE, os dados estatísticos têm sido computados pela DPF/SGO, em razão de ser a unidade responsável pela instauração dos correspondentes Inquéritos Policiais.

## Delegacia de Salgueiro

### Repressão a Crimes contra o Patrimônio

OPERAÇÃO	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
AVC	Cabrobó/PE	Prender integrantes de quadrilha de roubo a bancos responsável pelo roubo à agência do Banco Bradesco S/A, em Viçosa/AL	07 pessoas presas

### Repressão ao Tráfico de Entorpecentes

Operações *Prometeu e Labaredas\**

Quantidade de substâncias entorpecentes apreendidas:

TIPOS DE ENTORPECENTES	QUANTIDADES
COCAÍNA (KG)	0,588
CRACK (KG)	0,862
HAXIXE (UN - bolas)	06
L.S.D. (UN)	-
LANÇA PERFUME (FR)	-
M.D.M.A. (UN) – Ecstasy	-
MACONHA (KG)	3.121,097
MERLA (KG)	-
PASTA BASE (KG)	-
PÉS DE MACONHA (UN)	1.627.512
PSICOTRÓPICOS (UN)	-
SEMENTE DE MACONHA (KG)	75,41 kg
CLORETO DE ETILA (L)	-
HEROÍNA (KG)	-

Obs: Embora sejam desencadeadas em território sob a circunscrição da DPF/SGO/PE, as operações de erradicação de maconha são coordenadas pela DRE/SR/DPF/PE.

**5.1.3 Ação: 2662 – CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA FEDERAL.**

**Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 0,00**

<b>EVENTO (curso, palestra, encontro, etc.)</b>	<b>PARTICIPANTES</b>	<b>LOCAL DE REALIZAÇÃO DO EVENTO</b>

**Análise Crítica:**

Nenhuma solicitação de Ação de Capacitação, solicitada através desta Regional, foi deferida pela Comissão Geral de Capacitação/DGP/DPF;



## Outras atividades

### Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR

ATIVIDADES	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Sindicância	Recife/PE	ESTABELECEMOS POSSÍVEL AUTORIA PELOS DANOS CAUSADOS A VIATURA OFICIAL KLK 4425, EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE DE TRÂNSITO OCORRIDO NO KM 230, DA BR 232, PRÓXIMO À CIDADE DE ARCOVERDE/PE.	Absolvição
Sindicância	Recife/PE	ESCLARECER OS FATOS E DEFINIR AUTORIA DIANTE DAS AVARIAS CONSTATADAS NA VIATURA OFICIAL VECTRA GM, ANO 2000, PLACAS JFP 0583, OCORRIDO NO DIA 19.07.2006, NA BR 101, NO MUNICÍPIO DE ESCADA/PE.	Em andamento
Sindicância	Recife/PE	DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL, EM FACE DA DIVULGAÇÃO DA IMAGEM DE PARTICULAR NA IMPRENSA LOCAL, QUANDO DE SUA PRISÃO PELA POLÍCIA FEDERAL NESTE ESTADO.	Absolvição
Sindicância	Recife/PE	APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORREU O DANO DO NOTEBOOK SÉRIE 9145B01F048.	Absolvição
Sindicância	Recife/PE	POSSÍVEL AUSÊNCIA DE POLICIAL FEDERAL QUANDO DE SERVIÇO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DO RECIFE/PE. NO DIA 30.09.2005, PARA A LOIBERAÇÃO DE PESSOA ARMADA, RESULTANDO NO ATRASO DO VOO TAM-3890, POR CERCA DE CINQUENTA MINUTOS.	Absolvição
Sindicância	Recife/PE	SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA PARA APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE SE DEU O ACIDENTE ENVOLVENDO O VEÍCULO FIAT SIENA, DE PLACAS KFG-1911, PERTENCENTE A ESTA REGIONAL.	Absolvição
Sindicância	Recife/PE	CIRCUNSTÂNCIAS DO EPISÓDIO OCORRIDO NO DIA 16.09.2006, ENVOLVENDO SERVIDORES FEDERAIS LOTADOS NA DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM SALGUEIRO/PE E TERCEIROS, DURANTE FESTEJOS RELIGIOSOS NAQUELA CIDADE.	Absolvição
Sindicância	Recife/PE	APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE SE DEU O ACIDENTE ENVOLVENDO A VIATURA OFICIAL GM-S-10, DE PLACAS KLI-0215.	Absolvição
Sindicância	Recife/PE	APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORREU O ACIDENTE ENVOLVENDO O VEICULO MARCA GM MODELO BLAZER, PLACA KME 3712, OSTENSIVA, PERTENCENTE A ESTA REGIONAL.	Absolvição
Sindicância	Recife/PE	APURAR O DESAPARECIMENTO DE 06(SEIS) CÂMERAS DIGITAIS QUE SE ENCONTRAVAM GUARDADAS NO GABINETE DESTA SR/PE.	Absolvição
Sindicância	Recife/PE	APURAR POSSIVEL RESPONSABILIDADE FUNCIONAL, EM VIRTUDE DE PROCEDIMENTO SIGILOSO TER PERMANECIDO POR PERÍODO SUPERIOR A TRÊS ANOS, DORMITANDO EM SEDE POLICIAL.	Absolvição
Sindicância	Recife/PE	APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE SE DEU O ACIDENTE DE TRÂNSITO ENVOLVENDO A VIATURA OFICIAL, MARCA NISSAN, MODELO FRONTIER, COR PRETA, OSTENSIVA, PERTENCENTE AO ACERVO DESTA SR/DPF/PE.	Absolvição
Sindicância	Recife/PE	APURAR POSSIVEL AGRESSÃO FÍSICA PRATICADA EM TESE POR SERVIDOR DESTA REGIONAL	Absolvição
Sindicância	Recife/PE	APURAR ACIDENTE COM A VIATURA PERTENCENTE A SR/DPF/PE DE MARCA CHEVROLET, MODEL BLAZER DLX 2.8, PLACA KME 3762	Absolvição

<b>ATIVIDADES</b>	<b>LOCAL</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESULTADO</b>
Sindicância	Recife/PE	APURAR AS CIRCUNSTANCIAS E POSSÍVEL DEFINIÇÃO DE AUTORIA EM VISTA DA AVARIA NO EQUIPAMENTO RÁDIO TRANSMISSOR.	Absolvição
Sindicância	Recife/PE	APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORREU O ACIDENTE COM VIATURA OFICIAL, MARCA RENAULT MEGANE, PLACA KME-4072 PERTENCENTE A ESTA REGIONAL	Em andamento
Sindicância	Recife/PE	APURAR CIRCUNSTÂNCIAS QUE OCACIONARAM O ACIDENTE COM O VEÍCULO FRONTIER, PLACA KFL-9156 DESTA SUPERINTENDENCIA	Em andamento
Sindicância	Recife/PE	APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORREU O RETARDO NA INSTAUR AÇÃO DE IPL REQUISITADO PELO MPF/PE SOB RESPONSABILIDADE DE AUTORIDADE POLICIAL LOTADA NESTA SUPERINTENDÊNCIA	Em andamento
Sindicância	Recife/PE	APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORREU ACIDENTE DE TRÂNSITO ENVOLVENDO VIATURA OFICIAL NISSAN FRONTIER, PLACA KLA-6773	Absolvição
Sindicância	Recife/PE	APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE SE DEU O ACIDENTE COM A VIATURA OFICIAL FIAT UNO, DE PLACA KIO-2129, NO DIA 25-07-2006	Em andamento
Sindicância	Recife/PE	APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE SE DEU O DESENTENDIMENTO DESENTENDIMENTO HAVIDO ENTRE DOIS POLICIAIS FEDERAIS NA SALA DO NFTI/AIG, NA DATA DE 12-04-2003	Em andamento
Sindicância	Recife/PE	APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE DESAPARECEU PERTENCES PESSOAIS DO ENTÃO PRESO KAMBI DEHWA FAIDA, CUSTODIADO NESTA SR/DPF/PE	Em andamento
Sindicância	Recife/PE	APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORREU A COLISÃO DA VIATURA OFICIAL CAMINHONETE MARCA NISSAN, MODELO FRONTIER, PLACA JKH-4251, OCORRIDO EM RECIFE NA DATA DE 28-03-2007	Em andamento
Sindicância	Recife/PE	APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORREU O DESAPARECIMENTO DE VIATURA OFICIAL, PARATI, PLACA KLQ-5356, PERTENCENTE AO PATRIMÔNIO DESTA SR/DPF/PE, BEM COMO A RAZÃO PELA QUAL OS SERVIDORES RESPONSÁVEIS POR ADMINISTRAR E CONTROLAR O NÚCLEO DE TRANSPORTE DESTA REGIONAL DEMORARAM TANTO TEMPO PARA PERCEBER QUE UMA VIATURA HAVIA DESAPARECIDO	Em andamento
Sindicância	Recife/PE	APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORRERAM AS IRREGULARIDADES NO PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO Nº 17/06-SR/DPF/PE	Em andamento
Sindicância	Recife/PE	ESCLARECER AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORRERAM AS AVARIAS NA VIATURA NISSAN FRONTIER, COR PRETA, DE PLACA JKH 3861	Em andamento
Sindicância	Recife/PE	ESCLARECER AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE POLICIAL FEDERAL SE ENVOLVEU EM SITUAÇÃO DE LEGÍTIMA DEFESA EM FACE DE ASSALTO À MÃO ARMADA, RESULTANDO, EM PRINCÍPIO, EM LESÃO CORPORAL EM UM DOS ASSALTANTES	Em andamento
Sindicância	Recife/PE	ESCLARECER AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORREU O ACIDENTE DE TRÂNSITO ENVOLVENDO A VIATURA MEGANE, COR CINZA, PLACA KG9791	Em andamento
Sindicância	Recife/PE	ESCLARECER AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORREU O FURTO DA VIATURA MARCA FIAT, UNO FIRE, COR VERMELHA, ANO 2004, DE PLACA ORIGINAL KLT1452 (RECIFE) E PLACA RESERVADA KKK5003 (RECIFE)	Em andamento

<b>ATIVIDADES</b>	<b>LOCAL</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>RESULTADO</b>
Sindicância	Recife/PE	ESCLARECER AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORREU O ACIDENTE DE TRÂNSITO ENVOLVENDO A VIATURA MODELO PALIO, COR CINZA, PLACA KLK (RECIFE) E PLACA CONTROLADA NUM 8569 (RECIFE) PERTENCENTE AO PATRIMÔNIO DESTA SR/PE	Em andamento
Processo Administrativo Disciplinar	Recife/PE	APURAR A RESPONSABILIDADE FUNCIONAL DO SERVIDOR APOSENTADO, EM VISTA DA NOTÍCIA DE DE QUE TERIA EFETUADO DISPAROS DE ARMA DE FOGO EM VIA PÚBLICA, NA DATA DE 13.02.2005, NA CIDADE DE BUIQUE/PE.	Em andamento
Processo Administrativo Disciplinar	Recife/PE	APURAR A RESPONSABILIDADE FUNCIONAL DO SERVIDOR POR TER INTERRUPTO, DE MANEIRA DESRESPEITOSA, A FEITURA DE UM FLAGRANTE, SOB PRETEXTO DE QUE O PROCEDIMENTO CORRETO SERIA O TCO, CONFORME RELATO DA AUTORIADE QUE ÀQUELE PRESIDIU.	Em andamento
Processo Administrativo Disciplinar	Recife/PE	VIRTUDE DA NOTICIA DE QUE TERIA FEITO USO INDEVIDO DE ARMA DE FOGO DURANTE DESENTENDIMENTO COM TERCEIRO, FATO QUE RESULTOU NA LAVRATURA DO TCO 136/2006, CONDUTA QUE, EM TESE, INCORRE NAS FALTAS DISC PREVISTAS NOS INCISOS VIII E XXXVII, DO ART 43 DA LEI Nº4.878/65.	Em andamento
Processo Administrativo Disciplinar	Recife/PE	ABERTO PARA APURAR A AUSÊNCIA DE SERVIDOR CONVOCADO PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIA, SOB ALEGAÇÃO DE NÃO POSSUIR CARTEIRA E HABILITAÇÃO, CONDUTA, EM TESE, DESCRITA COMO TRANSGRESSÃO O DISCIPLINAR PREVISTA NO INCISO XXXII, DO ART.43, DA LEI 4. 878/65.	Em andamento
Processo Administrativo Disciplinar	Recife/PE	APURAR A POSSÍVEL RESPONSABILIDADE FUNCIONAL DO SERVIDOR WILSON ROCHA DA SILVA, TENDO EM VISTA AUSÊNCIA INSJUSTIFICADA AO SERVIÇO NO DIA 03-02-2007, QUANDO SE ENCONTRAVA NA CONDIÇÃO DE ESCRIVÃO DE SOBREAVISO.	Em andamento
Processo Administrativo Disciplinar	Recife/PE	ABERTO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR, EM VIRTUDE DE NÃO TER ATENDIDO A CONVOCAÇÃO DO PLANTÃO DESTA SR/DPF/PE, NA MADRUGADA DO DIA 25.05.2006, EMBORA ESTIVESSE NA CONDIÇÃO DE SOBREAVISO. ECF (PORT 095/2007-GAB/SR/PE, PUB BS 185, DE 25.09.2007, ADITA A PORT. 61/2007-GAB/SR/PR, POR TER FALTADO AO SERVIÇO ENTRE OS DIAS 02.04.07 A 05.04.07, INFRAI INC XXX, ART 43, DA LEI 4.878/65)	Em andamento

**Recife, 29 de fevereiro de 2008.**

**Angelo Fernandes Gióia  
Superintendente Regional**

## **ANEXO C**

### **Despesas com cartão de crédito corporativo**

Não foram efetuadas despesas com o cartão de crédito corporativo no exercício 2007

## ANEXO D

### Recomendações de órgãos de controle

(item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

#### 1. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

#### 2. CONTROLE INTERNO

ITEM	DOCUMENTO	RECOMENDAÇÃO/ DETERMINAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS e RESULTADOS OBTIDOS
	RELATÓRIO DE AUDITORIA		
1	<b>1.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (022) (510100)</b> Falhas no estabelecimento dos objetivos e metas, referentes ao exercício de 2006, bem como no que tange aos respectivos indicadores.	Recomendamos à SR/DPF/PE que elabore metas que traduzam os objetivos/ finalidades da Unidade em termos quantitativos, bem como que apresente os respectivos indicadores em termos numéricos e de forma que demonstrem a evolução das quantidades a serem aferidas em relação a uma determinada data tomada como parâmetro.	Informamos que esta descentralizada estará elaborando o próximo plano de metas com metas que traduzam os objetivos/ finalidades da Unidade em termos quantitativos, bem como que apresente os respectivos indicadores em termos numéricos e de forma que demonstrem a evolução das quantidades a serem aferidas em relação a uma determinada data tomada como parâmetro.
2	<b>2.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (013) (500300)</b> Falhas nas prestações de contas dos processos de suprimentos de fundos.	Recomendamos que a SR/DPF/PE adote rotinas internas que garantam a adequação das prestações de contas dos processos de suprimentos de fundos aos ditames dos arts. 21 a 27, da IN N° 007-DG/DPF, de 27/04/05, fazendo constar, dos documentos comprobatórios das despesas realizadas, a justificativa da destinação do material ou da prestação de serviços, conforme Anexos X e XI do mencionado instrumento normativo.	Informamos que estaremos anexando aos documentos fiscais oriundos dos suprimentos de fundos, mediante formulários próprios, destinação do bem ou do serviço prestado.
3	<b>3.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (014) (510100)</b> Ausência da utilização dos "Mapas de Controle Anual de Veículo Oficial", constante do Anexo III, da IN/MARE n° 09/94, de 26/08/94.	Recomendamos que a Unidade implemente controles internos para o adequado gerenciamento de sua frota de veículos, conforme regras estabelecidas pela IN/MARE n° 09/94, de 26/08/94, utilizando, inclusive, os "Mapas de Controle Anual de Veículo Oficial", de acordo com o modelo constante do Anexo III, da referida instrução normativa.	Através do Memo n° 88/2007 – NUTRAN, O núcleo de Transportes desta Superintendência Regional em Pernambuco estabeleceu um prazo de 60 dias para completa implantação de controles internos para o adequado gerenciamento da frota de veículos, inclusive o mapas de controle anual de veículos oficiais.
4	<b>3.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (015) (510100)</b> Atraso no pagamento de débitos de licenciamento e de multas de veículos da Unidade.	Recomendamos que a Unidade adote controles internos, bem como um adequado planejamento de seus pagamentos, de modo a garantir o tempestivo adimplemento de suas obrigações legais junto ao DETRAN/PE.	O Departamento de Polícia Federal tem procurado cada vez mais o planejamento na área orçamentária e financeira, assim, com a implantação do Sistema de Controle de Contratos, gerenciado pela Coordenação de Orçamento e Finanças, as rotinas de solicitação e obtenção de créditos orçamentários ficou mais célere. No âmbito desta Superintendência, o Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira está sendo reestruturado visando melhorar as rotinas internas e, em conseqüência, a execução orçamentária e financeira.

5	<b>4.1.1.1 COMENTÁRIO: (003) (530200)</b> Constatamos, em consulta ao Sistema SIAPE, a concessão de aposentadoria voluntária com proventos integrais, em 01/09/93, ao servidor de matrícula nº 0177356, no cargo de Agente de Telecomunicações e Eletricidade, pelo Departamento de Polícia Federal.	Recomendamos à Unidade que realize gestões junto à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento - SRH/MP com vistas à adoção de medidas saneadoras.	Informamos que esta Superintendência está fazendo gestões junto ao órgão central para apuração de eventuais divergências legais, sendo este o órgão competente para adoção de quaisquer providências
6	<b>4.1.1.2 COMENTÁRIO: (004) (530200)</b> Constatamos o pagamento da vantagem prevista no art. 192, da Lei Nº 8.112/90, em valores mensais de R\$ 72,50 (setenta e dois reais e cinquenta centavos) ao servidor de matrícula nº 0177401, aposentado no cargo de Agente de Polícia Federal Classe Especial, quando, deveriam ter sido pagos valores mensais correspondentes a R\$ 77,07 (setenta e sete reais e sete centavos)	Recomendamos à Unidade que realize gestões junto ao SEAP/CRH com vistas à adoção de medidas saneadoras.	Informamos que esta Superintendência está fazendo gestões junto ao órgão central para apuração de eventuais divergências legais, sendo este o órgão competente para adoção de quaisquer providências
7	<b>4.1.1.3 CONSTATAÇÃO: (005) (510100)</b> Impropriedades na concessão de abono de permanência com base no <i>caput</i> §1º, do art. 3º, da EC nº 41/03 (regra do direito adquirido).	Recomendamos à Unidade que, relativamente aos servidores sob análise, reveja a concessão do abono de permanência, reenquadrando-os nos dispositivos constitucionais e legais pertinentes, e promovendo as devidas compensações financeiras de valores eventualmente pagos a maior ou a menor, haja vista a não recepção da Lei Complementar Nº 51, de 20/12/85, pela Constituição Federal, de 05/10/88.	Informamos que esta Superintendência está fazendo gestões junto ao órgão central para apuração de eventuais divergências legais, sendo este o órgão competente para adoção de quaisquer providências
8	<b>4.1.1.4 CONSTATAÇÃO: (006) (500300)</b> Discrepância entre dados constantes do Sistema SIAPE e informações constantes de Mapas de Tempo de Serviço de servidores.	Quanto aos itens a), b) e c): adote providências no intuito de corrigir os dados do Sistema SIAPE referentes ao tempo de contribuição dos servidores sob comentário; Quanto ao item c), especificamente, após as devidas correções no Sistema SIAPE, verifique o atendimento aos requisitos constitucionais e legais para a concessão do abono de permanência e, caso estes não sejam atendidos, adote as medidas cabíveis com vistas à correção da situação, promovendo, inclusive, as devidas compensações financeiras de valores eventualmente pagos a maior ou a menor.	Informamos que esta Superintendência está fazendo gestões junto ao órgão central para apuração de eventuais divergências legais, sendo este o órgão competente para adoção de quaisquer providências
9	<b>4.1.1.5 CONSTATAÇÃO: (007) (510100)</b> Pagamento indevido de auxílio-alimentação.	Recomendamos à Unidade que promova a reposição ao Erário do valor de R\$ 115,03 (cento e quinze reais e três centavos), referente ao pagamento indevido de auxílio-alimentação ao servidor de matrícula nº 1162484 ou, caso este já tenha sido efetuado, que anexe a respectiva documentação comprobatória ao correspondente processo de ressarcimento.	Informamos que esta Superintendência está fazendo gestões junto ao órgão central para apuração de eventuais divergências legais, sendo este o órgão competente para adoção de quaisquer providências
10	<b>4.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (016) (500300)</b> Imprecisão, nas portarias que concederam os adicionais de periculosidade e de insalubridade, no que tange à área ou ao setor de lotação específico dos servidores.	Recomendamos à Unidade que: a) reveja o pagamento dos adicionais de periculosidade e insalubridade, observando as formalidades estabelecidas na IN/SEPLAN Nº 02 /1989, para que as concessões dos mencionados benefícios se façam com base em portarias de localização que especifiquem os locais de trabalho dos servidores, restringindo-se apenas àqueles que efetivamente exerciam e exercem suas atividades nas áreas referidas no Laudo Pericial Nº 003/2002, de 25/02/02, Laudo Pericial Nº 002/2003, de 18/03/03, e Laudo Pericial Nº 031/2004, de 19/03/04; b) apresente relatório conclusivo, a esta CGU-Regional/PE, sobre a revisão recomendada no item a).	Informamos que esta Superintendência está fazendo gestões junto ao órgão central para apuração de eventuais divergências legais, sendo este o órgão competente para adoção de quaisquer providências

11	<b>4.1.2.2 CONSTATAÇÃO: (017) (510100)</b> Ausência de adoção de medidas corretivas necessárias para eliminar ou neutralizar o risco de locais de trabalho da SR/DPF/PE, ou proteger contra seus efeitos.	Recomendamos à Unidade que adote providências com vistas à implementação das recomendações expedidas pela Delegacia regional do Trabalho em Pernambuco - DRT/PE, contidas no item 6 do Laudo Pericial DRT/PE Nº 003/2002, de 25/02/02, reiteradas no item 6 do Laudo Pericial DRT/PE Nº 002/2003, de 18/03/03, e reiteradas mais uma vez no item 6 do Laudo Pericial DRT/PE Nº 31/2004, de 19/03/04.	
12	<b>4.1.3.1 CONSTATAÇÃO: (018) (510100)</b> Incorreções, em Processo de Concessão de Diárias - P.C.D.'s, no cálculo do desconto do auxílio-transporte.	Recomendamos à Unidade que: a) adote controles internos que, por ocasião das concessões de diárias, garantam o desconto do valor do auxílio-transporte de acordo com os preceitos legais que regulam a matéria, realizando gestões junto ao Departamento de Polícia Federal - DPF, de modo a corrigir o Sistema de Gerenciamento e Acompanhamento de Diárias - SIGOF; b) realize levantamento de todos os valores descontados de forma incorreta, a fim de se proceder aos correspondentes acertos.	Informamos que estamos realizando cobrança de eventuais valores pagos a maior
13	<b>4.2.1.1 CONSTATAÇÃO: (009) (500300)</b> Cupons de embarque não foram anexados aos respectivos Processos de Concessão de Diárias - P.C.D.'s. Descumprimento do comando estabelecido no art. 3º, da Portaria MPOG Nº 98, de 16/07/03.	Recomendamos à Unidade que anexe os cartões de embarque aos respectivos Processos de Concessão de Diárias - P.C.D.'s, em atendimento ao estabelecido no art. 3º, da Portaria MPOG Nº 98, de 16/07/03.	Informamos que esta Superintendência Regional em Pernambuco estará realizando as devidas anexações dos bilhetes aéreos nos respectivos P.C.D.'s
14	<b>4.2.1.2 CONSTATAÇÃO: (010) (510100)</b> Pagamento de diárias após o deslocamento dos respectivos servidores propostos. Descumprimento do disposto no <i>caput</i> , do art. 6º, do Decreto Nº 343/91.	Recomendamos à Unidade que planeje as suas atividades de maneira que, no que tange às viagens de seus servidores, atenda ao comando estabelecido no art. 6º do Decreto Nº 343/91.	Informamos que esta descentralizada estará empregando todos os recursos necessários para o pagamento tempestivo das diárias conforme estabelecido no art 6º do Decreto Nº 343/91, salientamos que alguns pagamentos intempestivos poderão existir pelas próprias peculiaridades da polícia federal, tais como operações deflagradas em virtude de flagrante delito, que não podem esperar o rito burocrático normal.
15	<b>4.2.1.3 CONSTATAÇÃO: (019) (500300)</b> Concessão de diárias cujos afastamentos se iniciaram a partir da sexta-feira, ou que incluíram sábados, domingos e feriados, sem que constem justificativas dos respectivos processos.	Recomendamos à Unidade que adote controles internos com vistas à inclusão de justificativas nos Processos de Concessão de Diárias - P.C.D.'s cujos afastamentos se iniciarem a partir da sexta-feira, ou que incluam os fins de semana e feriados, conforme determina §3º, do art. 6º, do Decreto Nº 343/91.	Informamos que conforme Ofício 201/2007 SELOG/SR/DPF/PE de 19/04/2007, foi justificado que o SIGOF – Sistema de Gerenciamento e Acompanhamento de Diárias – já está parametrizado para solicitar justificativas nos Processos de Concessões de Diárias – PCD's de missões iniciadas em sextas-feiras, sábados, domingos ou feriados, informamos também que os sábados, domingos e feriados inclusos no período de afastamento serão analisados por essa Superintendência para avaliar se é vantajoso para a administração o retorno do servidor em finais de semana frente ao custo de transporte dos servidores em missão, dessa forma obedecendo o princípio da economicidade.
16	<b>4.2.1.4 CONSTATAÇÃO: (020) (500300)</b> Falhas na formalização de Processos de Concessão de Diárias - P.C.D.'s cujos propostos são colaboradores eventuais.	Recomendamos à SR/DPF/PE que anexe, aos processos de concessão de diárias cujos propostos são colaboradores eventuais, a solicitação de serviços, juntamente com a correspondente autorização, bem como a comprovação de que os colaboradores compõem os quadros das empresas contratadas pela Unidade.	Informamos que estamos anexando às propostas de concessão de diárias as respectivas Ordens de Serviço Administrativo – OSA's dos colaboradores eventuais com a devida justificativa do serviço e autorização da autoridade competente, com relação à comprovação de que os colaboradores compõem os quadros das empresas contratadas pela SR/DPF/PE informamos que estaremos elaborando formulário próprio para essa comprovação e anexando aos PCD's.
17	<b>4.2.1.5 CONSTATAÇÃO: (028) (500300)</b> Ausência de comprovação do ressarcimento de valores pagos indevidamente.	Recomendamos à Unidade que efetue os devidos ressarcimentos e compensações, armazenando a respectiva documentação comprobatória em seus arquivos.	Serão apuradas as eventuais diferenças ainda existentes e cobradas através de GRU – Guia de Recolhimento da União.

18	<b>4.2.2.1 CONSTATAÇÃO: (021) (500300)</b> Impropriedades na formalização dos processos de ajuda de custo.	Recomendamos à Unidade que: a) adote rotinas internas com vistas à adequar a formalização dos processos de ajuda de custo aos ditames da IN Nº 009/2003-DG/DPF, de 24/11/03, bem como aos comandos estabelecidos pelo Decreto Nº 4.004/01; b) numere e aponha rubricas às folhas dos processos de ajuda de custo; c) armazene cópia completa dos processos de ajuda de custo com todas as formalidades estabelecidas na IN Nº 009/2003 DG/ DPF, de 24/11/03.	Informamos que estaremos realizando as devidas implementações aos processos de ajuda de custo.
19	<b>5.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (011) (510100)</b> Ausência de Projeto Básico nos termos do inciso IX, do art. 6º da Lei nº 8.666/93.	RECOMENDAÇÃO: 001 Recomendamos à Unidade que elabore projeto básico, nos termos do disposto nos termos do inciso IX, do art. 6º da Lei nº 8.666/93, por ocasião das licitações e dispensas de licitação com vistas à execução de obras e prestação de serviços, em cumprimento às determinações do art. 7º, do mencionado diploma legal.	Informamos que a Comissão Permanente de Licitação, está ciente das ausências processuais e compromete-se a implementar os processos de dispensa de licitação em conformidade com o art 7º da Lei nº 8.666/2003
20	<b>5.2.1.1 CONSTATAÇÃO: (012) (510100)</b> Atraso no pagamento de obrigações contratuais.	Recomendamos à Unidade que planeje adequadamente o adimplemento de suas obrigações contratuais de maneira a evitar atrasos e o conseqüente pagamento dos valores das respectivas faturas/notas fiscais atualizados monetariamente e acrescidos de multas e juros de mora.	Informamos que os eventuais atrasos em obrigações contratuais são provenientes em grande maioria dos casos de insuficiência orçamentária e/ou financeira, informamos, porém otimizando nossas rotinas de trabalho e reforçando o quadro de pessoal do núcleo financeiro com vistas a evitar tais problemas.
21	<b>5.3.1.1 CONSTATAÇÃO: (030) (500300)</b> Ausência de informações sobre a habilitação de servidores com perfil de atualizador do Cadastro Único de Convenentes - CAUC.	Recomendamos à Unidade que solicite autorização junto à Secretária de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA) com vista à habilitação de servidores com perfil de atualizador do Cadastro Único de Convenentes - CAUC com vista a manter atualizados os dados do referido cadastro.	Informamos que estamos em contato com a nossa setorial contábil para que sejam implementadas as devidas providências no tocante ao Cadastro do CAUC.
22	<b>6.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (023) (510100)</b> Intempestividade na entrega e falhas na formalização do Processo de Tomada de Contas.	Recomendamos à Unidade que adote providências de modo que o processo anual de tomada de contas seja entregue dentro dos prazos estabelecidos e contenha todas as peças relacionadas nos normativos expedidos pelo Tribunal de Contas da União.	Justificamos o atraso entrega do processo nº 08400.007384/2007-75 por apenas na noite do dia 15/03/2007 conseguirmos a assinatura do senhor Bérqson Toledo Silva, ex-superintendente regional desta SR/DPF/PE, que fora removido para o estado de Alagoas, motivo pelo qual tivemos de aguardar sua disponibilidade para assinatura.





**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA EXECUTIVA  
DIRETORIA DE PROGRAMA  
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

Esplanada dos Ministérios – Anexo II – Sala 501  
Brasília-DF, CEP: 70064-900 – Fone : (61) 3429-3815

**DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL**

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), relativo ao exercício financeiro 2007, refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial das unidades jurisdicionadas 200398 e 200399 – da **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL - PE.**

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília, 13 de fevereiro de 2008.

  
\_\_\_\_\_  
**Alvin José Leite**  
Contador Responsável  
CRC/DF nº 014393/O-7



MINISTERIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO  
COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS  
Esplanada dos Ministérios – Bloco T – 4º andar – Sala 402 – Anexo II  
CEP: 70064-900 – Brasília – DF  
Fone: (61) 3429-3827 – e-mail: cgrh@mj.gov.br

## DECLARAÇÃO

Declaramos, para os devidos fins, que os servidores ALVINO JOSÉ LEITE, CPF: 226.733.771-15 e JOSÉ CARLOS GOMES, CPF: 115.517.631-68, responsáveis pela Contabilidade/MJ, estão em dia com a exigência da apresentação da Declaração de Bens e Rendas, referente ao Exercício 2007, Ano-Base 2006, de que tratam a Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, e a IN/TCU nº 05, de 10 de março de 1994.

Brasília, 15 de fevereiro de 2008.

**SUZANA MODESTO DA SILVA**  
Coordenadora-Geral de Recursos Humanos  
Substituta

Inscrição no CNPJ  
**00.394.494/0018-84**  
Ministério da Justiça/Secretaria Executiva  
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração  
Coordenação Geral de Recursos Humanos  
Esplanada dos Ministérios 4º Andar Anexo II  
CEP 70.064-900  
Brasília-DF

**DEMONSTRATIVO DOS PAGAMENTOS DE DESPESAS DE NATUREZA SIGILOSA****UNIDADE GESTORA Nº 200399****PLANO DE TRABALHO: 06.183.0662.2720.0001 - OPERAÇÕES DE CARATER SIGILOSO****EXERCÍCIO 2007**

<b>NOME DO SUPRIDO</b>	<b>Nº PROCESSO CONCESSÃO</b>	<b>NE</b>	<b>VALOR NE (R\$)</b>	<b>PRAZOS DE APLICAÇÃO</b>		<b>ELEMENTO DE DESPESA</b>
JOSE ROMERO MOREIRA COELHO	029/2007	900012	2.000,00	06/03/2007	02/06/2007	33903052
MESQUITASILVACERQUEIRA	037/2007	900014	3.000,00	06/03/2007	02/06/2007	33903052
RICARDOBELMONTE	034/2007	900010	5.000,00	06/03/2007	02/06/2007	33903052
IRANETESLOPESDOSSANTOS	040/2007	900029	8.000,00	09/04/2007	01/07/2007	33903052
IRINEUALVESDASILVAFILHO	048/2007	900039	10.000,00	03/05/2007	02/07/2007	33903052
BERNARDOGONCALVESDETORRES	52/2007	900042	5.000,00	09/05/2007	07/07/2007	33903052
ANGELOJOSECLERICUZISANTIAGOJUNIOR	050/2007	900040	3.000,00	09/05/2007	07/07/2007	33903052
JOSERAIMUNDOMONTEIROCOSTA	068/2007	900048	8.000,00	01/06/2007	25/08/2007	33903052
ROGERIOAUGUSTOVIANAGALLORO	081/2007	900076	7.000,00	10/07/2007	05/10/2007	33903052
EDERSONAURELIOCAMPESTRINI	086/2007	900086	5.000,00	17/07/2007	08/10/2007	33903052
LUIZSERGIOPEDROSADEAGUIAR	115/2007	900118	15.000,00	23/08/2007	22/10/2007	33903052
EZEQUIASDOSSANTOSOLIVEIRA	124/2007	900125	3.000,00	29/08/2007	26/10/2007	33903052
JOSECARLOSPEREIRADASILVA	132/2007	900135	5.000,00	14/09/2007	12/11/2007	33903052
RODOLPHODANILOSUSADEOLIVEIRA	133/2007	900147	2.000,00	22/08/2007	22/10/2007	33903052
FEIGATEIXEIRAGONCALVESSIMOS	134/2007	900159	2.000,00	24/10/2007	12/12/2007	33903052
JOSEROMEROMOREIRACOEELHO	145/2007	900185	8.000,00	19/11/2007	20/12/2007	33903052
SILVIOROMEROMOURYFERNANDESDOSSANTOS	144/2007	900183	12.000,00	19/11/2007	20/12/2007	33903052
JOSEROMEROMOREIRACOEELHO	30/2007	900013	1.000,00	06/03/2007	02/06/2007	33903624
MESQUITASILVACERQUEIRA	28/2007	900015	3.000,00	06/03/2007	02/06/2007	33903624
RICARDOBELMONTE	033/2007	900011	5.000,00	06/03/2007	02/06/2007	33903624
ALECIONEDIONISIOBARBOSA	041/2007	900028	4.000,00	09/04/2007	01/07/2007	33903624
JOSESILVESTREDASILVAFILHO	049/2007	900038	6.000,00	03/05/2007	02/07/2007	33903624
CRISTIANODUTRANEGREIROS	054/2007	900044	2.000,00	11/05/2007	11/07/2007	33903624
LUCIOFLAVIODECARVALHOLEAO	053/2007	900043	8.000,00	11/05/2007	11/07/2007	33903624
MARCELOCONCEICAOAIRES	056/2007	900045	5.000,00	16/05/2007	10/08/2007	33903624
JOSERAIMUNDOMONTEIROCOSTA	069/2007	900049	8.000,00	01/06/2007	25/08/2007	33903624
SANTIAGOAMARALFERNANDES	083/2007	900078	8.000,00	10/07/2007	02/10/2007	33903624
EDERSONAURELIOCAMPESTRINI	086/2007	900087	5.000,00	17/07/2007	08/10/2007	33903624
JOSESILVESTREDASILVAFILHO	116/2007	900116	10.000,00	23/08/2007	22/10/2007	33903624
CARLOSDOSSANTOSNUNES	126/2007	900126	3.000,00	29/08/2007	26/10/2007	33903624
ANTONIOCARLOSDANTASDASILVA	130/2007	900133	5.000,00	14/09/2007	12/11/2007	33903624
JOSECARLOSPEREIRADASILVA	133/2007	900136	5.000,00	14/09/2007	12/11/2007	33903624
LUIAUGUSTODESOUZAMACIEL	S/N	900148	1.000,00	22/08/2007	22/10/2007	33903624
SILVIOROMEROMOURYFERNANDESDOSSANTOS	144/2007	900182	12.000,00	19/11/2007	20/12/2007	33903624
FEIGATEIXEIRAGONCALVESSIMOS	S/N	900160	2.000,00	24/08/2007	24/10/2007	33903624
CRISTOVAO BARBOSADASILVA	146/2007	900186	2.000,00	20/11/2007	20/12/2007	33903624
ALESSANDROJORGEGEARAUJODEALBUQUERQUE	028/2007	900016	5.000,00	06/03/2007	02/06/2007	33903942
MARCOANTONIOCASIMIRODASILVA	031/2007	900021	3.000,00	30/03/2007	02/06/2007	33903942
IRANETESLOPESDOSSANTOS	042/2007	900030	6.000,00	09/04/2007	01/07/2007	33903942
ANGELOJOSECLERICUZISANTIAGOJUNIOR	051/2007	900041	7.000,00	09/05/2007	07/07/2007	33903942
MARCELOCONCEICAOAIRES	057/2007	900046	5.000,00	16/05/2007	10/08/2007	33903942
LUCIOFLAVIODECARVALHOLEAO	070/2007	900050	8.000,00	01/06/2007	25/08/2007	33903942

ROGERIOAUGUSTOVIANAGALLORO	082/2007	900077	7.000,00	10/07/2007	05/10/2007	33903942
FEIGATEIXEIRAGONCALVESSIMOS	103/2007	900095	5.000,00	08/08/2007	08/11/2007	33903942
MARCOANTONIOCASIMIRODASILVA	100/2007	900096	10.000,00	08/08/2007	08/11/2007	33903942
JOSEERMIVALALCANTARADESIQUEIRA	114/2007	900117	8.000,00	23/08/2007	22/10/2007	33903942
EZEQUIASDOSSANTOSOLIVEIRA	125/2007	900127	2.000,00	29/08/2007	26/10/2007	33903942
IRINEUALVESDASILVAFILHO	128/2007	900130	8.000,00	06/09/2007	05/11/2007	33903942
ANTONIOCARLOSDANTASDASILVA	131/2007	900134	5.000,00	14/09/2007	12/11/2007	33903942
JOSEMARIANOFILHO	134/2007	900137	5.000,00	14/09/2007	12/11/2007	33903942
LUISAUGUSTODESOUZAMACIEL	S/N	900149	1.000,00	22/10/2007	11/12/2007	33903942
ALCIDESATANASIODELIMAJUNIOR	S/N	900161	2.000,00	24/10/2007	12/12/2007	33903942
JOSEROMEROMOREIRACOELHO	145/2007	900184	16.000,00	19/11/2007	20/12/2007	33903942
<b>TOTAIS</b>			<b>301.000,00</b>			

Recife, 29 de fevereiro de 2008

**Angelo Fernandes Gióia**  
**Superintendente Regional**



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ - DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO**

**DECLARAÇÃO DA UNIDADE DE PESSOAL**  
*(AC) (Decisão Normativa nº 88, de 28/11/2007, BTCU nº 7/2007 Especial)*

Declaramos, para fins de atendimentos da Decisão Normativa nº 88, de 28/11/2007 que todos os responsáveis arrolados nas contas desta unidade estão em dia com a obrigação de apresentação da declaração de bens e rendas de que trata a Lei n.º 8.730, de 10 de novembro de 1993, perante a respectiva unidade de pessoal.

Recife, 29 de fevereiro de 2008

*Adni Viana Bento Alves*  
Chefe do Setor de Recursos Humanos



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO

## RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

1.

Número do processo:	<b>001/2007</b>							
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 08/02/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input checked="" type="checkbox"/>	Dano ao erário	<input type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>ESTABELECEM POSSÍVEL AUTORIA PELOS DANOS CAUSADOS A VIATURA OFICIAL KLK 4425, EM DECORRÊNCIA DO ACIDENTE DE TRÂNSITO OCORRIDO NO KM 230, DA BR 232, PRÓXIMO À CIDADE DE ARCOVERDE/PE.</b>							
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Em andamento - fase:					<input checked="" type="checkbox"/>	Concluído
Julgamento:	<input checked="" type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

2.

Número do processo:	<b>002/2007</b>							
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 22/02/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input checked="" type="checkbox"/>	Dano ao erário	<input type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>ESCLARECER OS FATOS E DEFINIR AUTORIA DIANTE DAS AVARIAS CONSTATADAS NA VIATURA OFICIAL VECTRA GM, ANO 2000, PLACAS JFP 0583, OCORRIDO NO DIA 19.07.2006, NA BR 101, NO MUNICÍPIO DE ESCADA/PE.</b>							
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Em andamento - fase:					<input type="checkbox"/>	Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input checked="" type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

3.

Número do processo:	<b>003/2007</b>						
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)	
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 28/02/2007		
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	X Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL, EM FACE DA DIVULGAÇÃO DA IMAGEM DE PARTICULAR NA IMPRENSA LOCAL, QUANDO DE SUA PRISÃO PELA POLÍCIA FEDERAL NESTE ESTADO.</b>						
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Em andamento - fase:				X	Concluído
Julgamento:	X	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)	
Pena aplicada:							
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):					

4.

Número do processo:	<b>004/2007</b>						
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)	
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 12/03/2007		
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	X	Dano ao erário	<input type="checkbox"/> Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORREU O DANO DO NOTEBOOK SÉRIE 9145B01F048.</b>						
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Em andamento - fase:				X	Concluído
Julgamento:	X	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)	
Pena aplicada:							
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):					

## 5.

Número do processo:	<b>005/2007</b>							
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 13/03/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	X	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>POSSÍVEL AUSÊNCIA DE POLICIAL FEDERAL QUANDO DE SERVIÇO NO AEROPORTO INTERNACIONAL DO RECIFE/PE. NO DIA 30.09.2005, PARA A LOIBERAÇÃO DE PESSOA ARMADA, RESULTANDO NO ATRASO DO VOO TAM-3890, POR CERCA DE CINQUENTA MINUTOS.</b>							
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Em andamento - fase:					X	Concluído
Julgamento:	X	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

## 6.

Número do processo:	<b>006/2007</b>							
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 04/04/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	X	Dano ao erário	<input type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>SINDICÂNCIA INVESTIGATIVA PARA APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE SE DEU O ACIDENTE ENVOLVENDO O VEÍCULO FIAT SIENA, DE PLACAS KFG-1911, PERTENCENTE A ESTA REGIONAL.</b>							
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Em andamento - fase:					X	Concluído
Julgamento:	X	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						



7.

Número do processo:	<b>007/2007</b>						
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)	
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 23/04/2007		
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	X Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>CIRCUNSTÂNCIAS DO EPISÓDIO OCORRIDO NO DIA 16.09.2006, ENVOLVENDO SERVIDORES FEDERAIS LOTADOS NA DELEGACIA DE POLÍCIA FDERAL EM SALGUEIRO/PE E TERCEIROS, DURANTE FESTEJOS RELIGIOSOS NAQUELA CIDADE.</b>						
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Em andamento - fase:				X	Concluído
Julgamento:	X	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)	
Pena aplicada:							
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):					

8.

Número do processo:	<b>008/2007</b>						
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)	
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 23/04/2007		
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	X	Dano ao erário	<input type="checkbox"/> Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE SE DEU O ACIDENTE ENVOLVENDO A VIATURA OFICIAL GM-S-10, DE PLACAS KLI-0215.</b>						
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Em andamento - fase:				X	Concluído
Julgamento:	X	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)	
Pena aplicada:							
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):					

9.

Número do processo:	<b>009/2007</b>							
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 02/05/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	X	Dano ao erário	<input type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCOREU O ACIDENTE ENVOLVENDO O VEICULO MARCA GM MODELO BLAZER, PLACA KME 3712, OSTENSIVA, PERTENCENTE A ESTA REGIONAL.</b>							
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Em andamento - fase:				X	Concluído	
Julgamento:	X	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

10.

Número do processo:	<b>010/2007</b>							
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 29/05/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	X	Dano ao erário	<input type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>APURAR O DESAPARECIMENTO DE 06(SEIS) CÂMERAS DIGITAIS QUE SE ENCONTRAVAM GUARDADAS NO GABINETE DESTA SR/PE.</b>							
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Em andamento - fase:				X	Concluído	
Julgamento:	X	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

## 11.

Número do processo:	<b>011/2007</b>						
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)	
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 04/06/2007		
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	X Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>APURAR POSSIVEL RESPONSABILIDADE FUNCIONAL, EM VIRTUDE DE PROCEDIMENTO SIGILOSO TER PERMANECIDO POR PERÍODO SUPERIOR A TRÊS ANOS, DORMITANDO EM SEDE POLICIAL.</b>						
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Em andamento - fase:				X	Concluído
Julgamento:	X	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)	
Pena aplicada:							
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):					

## 12.

Número do processo:	<b>012/2007</b>							
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 11/06/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	X	Dano ao erário	<input type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE SE DEU O ACIDENTE DE TRÂNSIT O ENVOLVENDO A VIATURA OFICIAL , MARCA NISSAN, MODELO FRONTIER, COR PRETA, OSTENSIVA, PERTENCENTE AO ACERVO DESTA SR/DPF/PE.</b>							
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Em andamento - fase:				X	Concluído	
Julgamento:	X	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

## 13.

Número do processo:	<b>013/2007</b>							
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 25/06/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	X Outros	
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>APURAR POSSIVEL AGRESSÃO FISCIA PRATICADA EM TESE POR SERVIDOR DESTA REGIONAL</b>							
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Em andamento - fase:					X	Concluído
Julgamento:	X	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

## 14.

Número do processo:	<b>014/2007</b>							
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 30/07/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	X	Dano ao erário	<input type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>APURAR ACIDENTE COM A VIATURA PERTENCENTE A SR/DPF/PE DE MARCA CHEVROLET, MODEL BLAZER DLX 2.8, PLACA KME 3762</b>							
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Em andamento - fase:					X	Concluído
Julgamento:	X	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

## 15.

Número do processo:	<b>015/2007</b>							
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 02/08/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	X	Dano ao erário	<input type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>APURAR AS CIRCUNSTANCIAS E POSSÍVEL DEFINIÇÃO DE AUTORIA EM VISTA DA AVARIA NO EQUIPAMENTO RÁDIO TRANSMISSOR.</b>							
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Em andamento - fase:					X	Concluído
Julgamento:	X	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

## 16.

Número do processo:	<b>016/2007</b>							
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 07/08/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	X	Dano ao erário	<input type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORREU O ACIDENTE COM VIATURA OFICIAL, MARCA RENAULT MEGANE, PLACA KME-4072 PERTENCENTE A ESTA REGIONAL</b>							
Situação do processo:	X	Em andamento - fase:					<input type="checkbox"/>	Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

## 17.

Número do processo:	<b>017/2007</b>							
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 13/08/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input checked="" type="checkbox"/>	Dano ao erário	<input type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>APURAR CIRCUNSTÂNCIAS QUE OCACIONARAM O ACIDENTE COM O VEÍCULO FRONTIER, PLACA KFL-9156 DESTA SUPERINTENDÊNCIA</b>							
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Em andamento - fase:					<input type="checkbox"/>	Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

## 18.

Número do processo:	<b>018/2007</b>							
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 14/08/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	<input checked="" type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORREU O RETARDO NA INSTAUR AÇÃO DE IPL REQUISITADO PELO MPF/PE SOB RESPONSABILIDADE DE AUTORIDADE POLICIAL LOTADA NESTA SUPERINTENDÊNCIA</b>							
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Em andamento - fase:					<input type="checkbox"/>	Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

## 19.

Número do processo:	<b>019/2007</b>							
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 29/08/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	X	Dano ao erário	<input type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORREU ACIDENTE DE TRÂNSITO ENVOLVENDO VIATURA OFICIAL NISSAN FRONTIER, PLACA KLA-6773</b>							
Situação do processo:	<input type="checkbox"/>	Em andamento - fase:					X	Concluído
Julgamento:	X	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

## 20.

Número do processo:	<b>020/2007</b>							
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 11/09/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	X	Dano ao erário	<input type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE SE DEU O ACIDENTE COM A VIATURA OFICIAL FIAT UNO, DE PLACA KIO-2129, NO DIA 25-07-2006</b>							
Situação do processo:	X	Em andamento - fase:					<input type="checkbox"/>	Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

## 21.

Número do processo:	<b>021/2007</b>							
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 11/09/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	<input checked="" type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE SE DEU O DESENTENDIMENTO DESENTENDIMENTO HAVIDO ENTRE DOIS POLICIAIS FEDERAIS NA SALA DO NFTI/AIG, NA DATA DE 12-04-2003</b>							
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Em andamento - fase:					<input type="checkbox"/>	Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

## 22.

Número do processo:	<b>022/2007</b>							
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 21/09/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input checked="" type="checkbox"/>	Dano ao erário	<input type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE DESAPARECEU PERTENCES PESSOAIS DO ENTÃO PRESO KAMBI DEHWA FAIDA, CUSTODIADO NESTA SR/DPF/PE</b>							
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Em andamento - fase:					<input type="checkbox"/>	Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						



## 23.

Número do processo:	<b>023/2007</b>							
Tipo de processo: HH	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 25/09/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	X	Dano ao erário	<input type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição suscinta):	<b>APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORREU A COLISÃO DA VIATURA OFICIAL CAMINHONETE MARCA NISSAN, MODELO FRONTIER, PLACA JKH-4251, OCORRIDO EM RECIFE NA DATA DE 28-03-2007</b>							
Situação do processo:	X	Em andamento - fase:				<input type="checkbox"/>	Concluído	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

## 24.

Número do processo:	<b>024/2007</b>							
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 25/09/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	X	Dano ao erário	<input type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição suscinta):	<b>APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORREU O DESAPARECIMENTO DE VIATURA OFICIAL, PARATI, PLACA KLQ-5356, PERTENCENTE AO PATRIMÔNIO DESTA SR/DPF/PE, BEM COMO A RAZÃO PELA QUAL OS SERVIDORES RESPONSÁVEIS POR ADMINISTRAR E CONTROLAR O NÚCLEO DE TRANSPORTE DESTA REGIONAL DEMORARAM TANTO TEMPO PARA PERCEBER QUE UMA VIATURA HAVIA DESAPARECIDO</b>							
Situação do processo:	X	Em andamento - fase:				<input type="checkbox"/>	Concluído	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

## 25.

Número do processo:	<b>025/2007</b>							
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 04/10/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	<input checked="" type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>APURAR AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORRERAM AS IRREGULARIDADES NO PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATO Nº 17/06-SR/DPF/PE</b>							
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Em andamento - fase:					<input type="checkbox"/>	Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

## 26.

Número do processo:	<b>026/2007</b>							
Tipo de processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 15/10/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input checked="" type="checkbox"/>	Dano ao erário	<input type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>ESCLARECER AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORRERAM AS AVARIAS NA VIATURA NISSAN FRONTIER, COR PRETA, DE PLACA JKH 3861</b>							
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Em andamento - fase:					<input type="checkbox"/>	Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

## 27.

Número do processo:	<b>027/2007</b>						
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)	
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 15/10/2007		
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	X Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>ESCLARECER AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE POLICIAL FEDERAL SE ENVOLVEU EM SITUAÇÃO DE LEGÍTIMA DEFESA EM FACE DE ASSALTO À MÃO ARMADA, RESULTANDO, EM PRINCÍPIO, EM LESÃO CORPORAL EM UM DOS ASSALTANTES</b>						
Situação do processo:	X	Em andamento - fase:				<input type="checkbox"/>	Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)	
Pena aplicada:							
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):					

## 28

Número do processo:	<b>028/2007</b>							
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 25/10/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	X	Dano ao erário	<input type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>ESCLARECER AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORREU O ACIDENTE DE TRÂNSITO ENVOLVENDO A VIATURA MEGANE, COR CINZA, PLACA KG9791</b>							
Situação do processo:	X	Em andamento - fase:				<input type="checkbox"/>	Concluído	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

## 29.

Número do processo:	<b>029/2007</b>							
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 25/10/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	X	Dano ao erário	<input type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>ESCLARECER AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORREU O FURTO DA VIATURA MARCA FIAT, UNO FIRE, COR VERMELHA, ANO 2004, DE PLACA ORIGINAL KLT1452 (RECIFE) E PLACA RESERVADA KKK5003 (RECIFE)</b>							
Situação do processo:	X	Em andamento - fase:				<input type="checkbox"/>	Concluído	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU				
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

## 30.

Número do processo:	<b>030/2007</b>							
Tipo de processo:	X	Sindicância			<input type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	X	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 25/10/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	X	Dano ao erário	<input type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>ESCLARECER AS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORREU O ACIDENTE DE TRÂNSITO ENVOLVENDO A VIATURA MODELO PALIO, COR CINZA, PLACA KLK (RECIFE) E PLACA CONTROLADA NUM 8569 (RECIFE) PERTENCENTE AO PATRIMÔNIO DESTA SR/PE</b>							
Situação do processo:	X	Em andamento - fase:				<input type="checkbox"/>	Concluído	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF	<input type="checkbox"/>	AGU				
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

## 31.

Número do processo:	001/2007						
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar	
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)	
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 20/03/2007		
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	<input checked="" type="checkbox"/> Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>APURAR A RESPONSABILIDADE FUNCIONAL DO SERVIDOR APOSENTADO, EM VISTA DA NOTÍCIA DE DE QUE TERIA EFETUADO DISPAROS DE ARMA DE FOGO EM VIA PÚBLICA, NA DATA DE 13.02.2005, NA CIDADE DE BUIQUE/PE.</b>						
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Em andamento - fase:				<input type="checkbox"/>	Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)	
Pena aplicada:							
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU	
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):					

## 32.

Número do processo:	<b>002/2007</b>							
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 11/04/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	<input checked="" type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>APURAR A RESPONSABILIDADE FUNCIONAL DO SERVIDOR POR TER INTERROMPIDO, DE MANEIRA DESRESPEITOSA, A FEITURA DE UM FLAGRANTE, SOB PRETEXTO DE QUE O PROCEDIMENTO CORRETO SERIA O TCO, CONFORME RELATO DA AUTORIADE QUE ÀQUELE PRESIDU.</b>							
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Em andamento - fase:					<input type="checkbox"/>	Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Penas aplicadas:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

## 33.

Número do processo:	<b>003/2007</b>							
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 04/05/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	<input checked="" type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>APURAR A RESPONSABILIDADE FUNCIONAL DO SERVIDOR, EM VIRTUDE DA NOTICIA DE QUE TERIA FEITO USO INDEVIDO DE ARMA DE FOGO DURANTE DESENTENDIMENTO COM TERCEIRO, FATO QUE RESULTOU NA LAVRATURA DO TCO 136/2006, CONDUTA QUE, EM TESE, INCORRE NAS FALTAS DISC PREVISTAS NOS INCISOS VIII E XXXVII, DO ART 43 DA LEI Nº4.878/65.</b>							
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Em andamento - fase:					<input type="checkbox"/>	Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Penas aplicadas:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

## 34.

Número do processo:	<b>004/2007</b>							
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 08/06/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	<input checked="" type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>ABERTO PARA APURAR A AUSÊNCIA DE SERVIDOR CONVOCADO PARA CUMPRIMENTO DE DILIGÊNCIA, SOB ALEGAÇÃO DE NÃO POSSUIR CARTEIRA E HABILITAÇÃO, CONDUTA, EM TESE, DESCRITA COMO TRANSGRESSÃO DISCIPLINAR PREVISTA NO INCISO XXXII, DO ART.43, DA LEI 4. 878/65.</b>							
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Em andamento - fase:					<input type="checkbox"/>	Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

## 35.

Número do processo:	<b>005/2007</b>							
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 31/07/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	<input checked="" type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>APURAR A POSSÍVEL RESPONSABILIDADE FUNCIONAL DO SERVIDOR WILSON ROCHA DA SILVA, TENDO EM VISTA AUSÊNCIA INSJUSTIFICADA AO SERVIÇO NO DIA 03-02-2007, QUANDO SE ENCONTRAVA NA CONDIÇÃO DE ESCRIVÃO DE SOBREVISO.</b>							
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Em andamento - fase:					<input type="checkbox"/>	Concluído
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

## 36.

Número do processo:	<b>006/2007</b>							
Tipo de processo:	<input type="checkbox"/>	Sindicância			<input checked="" type="checkbox"/>	Processo Administrativo Disciplinar		
Ato instaurador:	<input checked="" type="checkbox"/>	Portaria	<input type="checkbox"/>	Ordem de Serviço	<input type="checkbox"/>	Outros (especificar)		
Numero e data do Ato:	Nº:				Data: 14/08/2007			
Irregularidade/ilegalidade:	<input type="checkbox"/>	Fraude	<input type="checkbox"/>	Ato de Corrupção	<input type="checkbox"/>	Dano ao erário	<input checked="" type="checkbox"/>	Outros
Fato sob apuração (descrição sucinta):	<b>ABERTO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR, EM VIRTUDE DE NÃO TER ATENDIDO A CONVOCAÇÃO DO PLANTÃO DESTA SR/DPF/PE, NA MADRUGADA DO DIA 25.05.2006, EMBORA ESTIVESSE NA CONDIÇÃO DE SOBREAVISO. ECF (PORT 095/2007-GAB/SR/PE, PUB BS 185, DE 25.09.2007, ADITA A PORT. 61/2007-GAB/SR/PR, POR TER FALTADO AO SERVIÇO ENTRE OS DIAS 02.04.07 A 05.04.07, INFRAI INC XXX, ART 43, DA LEI 4.878/65)</b>							
Situação do processo:	<input checked="" type="checkbox"/>	Em andamento - fase:				<input type="checkbox"/>	Concluído	
Julgamento:	<input type="checkbox"/>	Absolvição	<input type="checkbox"/>	Apenação	<input type="checkbox"/>	Instauração de PAD (na hipótese de sindicância)		
Pena aplicada:								
Remessa dos autos:	<input type="checkbox"/>	MPF			<input type="checkbox"/>	AGU		
Recomendação de Instauração de TCE	<input type="checkbox"/>	Valor do dano causado ou estimado (R\$):						

Local e data: Recife, 28 de fevereiro de 2008.	Nome: Nathaly Maria Ribeiro M. Mendonça	Assinatura:
---	--	-------------